



# Brasil e União Européia

Desafios e perspectivas das relações  
comerciais

*Seminário EUBrasil*

*26 de agosto de 2009  
Brasília*

# Índice

## O contexto do seminário da EUBrasil

1. Europa e Brasil, soluções de impacto global  
*Roberto Vecchi, EUBrasil*
2. Uma agenda voltada para as alterações climáticas  
*Christian de Filippi, Embaixada da Suécia*
3. Prioridade: fortalecer laços de cooperação e amizade  
*Sebastião Bala Rocha, Grupo parlamentar Brasil - UE*
4. A economia brasileira no contexto internacional  
*Maria Lúcia Lima, Fundação Getúlio Vargas*
5. Crescente presença das empresas brasileiras no exterior  
*Jase Ramsey, Fundação Dom Cabral*
6. Os avanços da parceria estratégica de 2007  
*Maria Edileuza Reis, Ministério das Relações Exteriores*
7. Comunicar um Brasil de sucesso no exterior  
*Otoni Fernandes Jr., Presidência da República*
8. Comércio Brasil – Europa: espaço para crescer  
*Norton de Andrade Rapesta, Ministério das Relações Exteriores*
9. Projetar o conhecimento pela inclusão digital  
*César Alvarez, Presidência da República*
10. Biocombustíveis no centro do diálogo energético  
*André Correia do Lago, Ministério das Relações Exteriores*
11. Portugal Telecom no Brasil, uma aposta ganha  
*António Robalo de Almeida, Portugal Telecom*
12. Elekta, a saúde no Brasil com tecnologia sueca  
*António Ponce, Elekta*
13. O valor das associações e da diplomacia parlamentar  
*Fabio Porta, Associação Itália Brasil*

# ***Brasil e União Européia: Desafios e perspectivas das relações comerciais***

## *O contexto do seminário da EU Brasil*

Realizado a 26 de agosto de 2009 em Brasília, na sede da Apex-Brasil, a agência brasileira de promoção das exportações, o seminário “Brasil e União Européia: Desafios e perspectivas das relações comerciais” marcou um importante debate das relações econômicas entre os dois blocos. Realizado por iniciativa da EUBrasil, associação privada sem fins lucrativos, o evento trazia como proposta principal a discussão de cenários futuros das economias das duas regiões, não se limitando ao debate sobre as barreiras tarifárias.

Só em julho, mês anterior à realização do seminário, as exportações brasileiras para a União Européia totalizaram 3,1 bilhões de dólares, enquanto as importações de produtos europeus ascenderam a 2,5 bilhões de dólares. Números que tornam o mercado europeu um dos principais parceiros comerciais do Brasil. Desde dezembro de 2008 que a Apex-Brasil mantém uma parceria com a EUBrasil, instituição que tem sua sede em Bruxelas, na Bélgica, onde defende um aprofundamento das relações entre estes mercados.

O seminário promovido pela EUBrasil juntou mais de uma dezena de palestrantes, das mais diversas áreas. Representantes de organismos governamentais, embaixadas, empresas e poder político foram convidados a expressar seus pontos de vista numa iniciativa que Sérgio Costa, da Apex-Brasil, classificou como “de extrema importância para o comércio exterior brasileiro”. “Entendemos que a EUBrasil tem um papel fundamental no sentido de trazer informações de absoluta relevância que nos ajudem a reposicionar nossos produtos, nossos serviços, de modo que nós possamos desenhar uma estratégia de inserção de maneira competitiva e de maneira mais enfática dentro da União Européia”, afirmou na ocasião o gerente geral da Apex-Brasil.

# ***1. Europa e Brasil, soluções de impacto global***

**Roberto Vecchi, EUBrasil**

Chaves de leitura:

*A importância política da relação entre Europa e Brasil. O diálogo direto e a superação das distâncias. As diferenças regulamentares na União Europeia e a falta de conhecimento das empresas. A EUBrasil como apoio dos diversos atores.*

O perfil do seminário da EUBrasil pode de certo modo parecer um pouco anômalo, no sentido em que não é um momento acadêmico no sentido estreito, não é uma convenção de negócios, por um outro lado, não é um seminário institucional, mas ao mesmo tempo tenta um pouco conjugar todas essas partes. A idéia é ter uma função relevante e proporcionar uma ocasião de conhecimento e de diálogo de interlocução absolutamente interessante.

A EUBrasil é uma associação europeia sediada em Bruxelas que surgiu em 2005 a partir de uma idéia de Luigi Gambardella e do então presidente para as relações entre o Parlamento Europeu e o Mercosul, Massimo d'Alema. Com a ênfase que a associação assumiu a partir de 2007, pelo fortalecimento da parceria entre Europa e Brasil que foi formalizada em maio de 2007, justamente em Lisboa. A associação tem como missão favorecer, de modo ágil, mas não por isso menos denso, um diálogo consistente e harmonioso em campos variados, como o econômico, institucional, social, cultural, entre os dois atores, Brasil e Europa. E é nesse espírito que entidades como a Apex Brasil, que é sócia da EUBrasil, e como a Portugal Telecom perceberam a importância desse projeto e investiram nele.

Qual é o contexto da parceria Europa – Brasil ? Se nós avaliarmos hoje os resultados que foram logrados e as potencialidades abertas em dois anos pela parceria estratégica entre a Europa e o Brasil, o que nós podemos considerar é que os resultados são bastante relevantes. Não há tempo para sintetizar o que realmente foi produzido ao longo desses dois anos mas gostaria de assinalar

sobretudo um aspeto que do meu ponto de vista é relevante. Ou seja, a relação do Brasil com a Europa é uma relação que, claro, muito deve também ao investimento que o atual Governo fez nessa relação, mas ainda mais (e este ‘workshop’ confirma essa característica) à relação do Brasil com a Europa, que é matéria de Estado. Portanto, é um assunto que já está dentro de uma política não de Governo mas realmente do Estado brasileiro. Isso para nós é extremamente importante, porque mostra que não se trata de um elemento conjuntural mas está na estrutura das relações externas do Brasil.

A Europa e o Brasil são hoje interlocutores chave que compartilham uma mesma visão do mundo e em conjunto podem promover mudanças e soluções de impacto global. Eu acho que esse resultado basicamente se deve a alguns aspetos específicos. O primeiro são os valores comuns entre União Européia e Brasil. E a partir desses valores compartilhados também adoptaram as partes temas privilegiados de alto perfil que fazem parte do discurso desses anos: paz, segurança, clima, crise financeira, a biodiversidade, segurança energética, desenvolvimento sustentável. Ao lado desses valores compartilhados também criaram meios, instrumentos de ação comum, como por exemplo o Joint Action Plan trienal, que é um instrumento interessante para a parceria funcionar, e a forma do diálogo bilateral como meio para coordenar a relação bilateral.

A idéia que é, no fundo, compartilhada pelos dois atores, pela Europa e pelo Brasil, pela União Européia e pelo Brasil, é que o crescimento econômico fundamental (e esse aspeto é até mais evidente em tempo de crise como esse) não é só o desenvolvimento, o crescimento, o fato quantitativo de dimensões, mas, sempre mais, o seu perfil deve ser qualitativamente caracterizado. E eu acho que é essa particularidade, de quantidade e qualidade do crescimento, que o torna sustentável, o dissemina pela sociedade que marca a parceria entre os dois atores. É um projeto que decorre de pressupostos inovadores, alternativos, a partir de uma reconfiguração das relações internacionais em chave multilateral onde os valores prevalecem sobre os poderes e os interesses.

Não é por acaso que a meta dessa política conjunta, que conjuga investimentos e qualidade, vai além da relação bilateral entre a União Européia e o Brasil e tem como meta no horizonte a criação de uma zona euro-latino-americana de parceria global e inter-regional que evidentemente vai além, transcende a relação singular entre União Européia e Brasil. A pergunta que surge em um quadro que eu acho que é muito favorável é essa: esse clima renovado do diálogo

estratégico entre a Europa e o Brasil permite aos seus atores principais (as empresas, as instituições, o sistema de educação superior, as sociedades como um todo) dialogar diretamente, superar os entraves que as distâncias (que são reais e simbólicas) criaram ao longo do tempo, além das aparências de uma contiguidade cultural e antropológica, até linguística, das vocações e complementaridades convergentes ou não? A resposta não é simples, nem totalmente afirmativa.

Instrumentos novos, que possam corresponder a uma nova demanda de conhecimento, de informação, de contatos, de oportunidades, devem ser pensados e construídos. E é com esse intuito que surge a EUBrasil, cujas atividades mostram como o objectivo essencial é por um lado criar um espaço de representação do Brasil na Europa - no plano económico, institucional e cultural – e, por outro lado, disseminar um conhecimento da Europa, de suas características, de suas oportunidades, sempre mais no contexto brasileiro, sem confundir essas atividades com as representações diplomáticas e comerciais, mas, pelo contrário, cooperando, com meios e análises próprios, para tornar o diálogo sempre mais consistente.

O nosso grupo, de certo modo, tem a ambição de participar, através de um acompanhamento sistemático dos casos e das relações, da construção desses instrumentos novos que teriam as empresas como primeiras beneficiárias, como parte de um todo mais amplo e de maior fôlego.

Sempre mais, a complexidade do contexto de ação exige não só uma visão trans-sectorial mais atrevida, mas também instrumentos ágeis em condição de combinar e conjugar diferentes áreas para projetos que sejam realmente competitivos e inovadores. O caso do Brasil, justamente, é exemplar, se pensarmos em setores de ponta que o distinguem, como, por exemplo, no campo energético, no campo da produção agro-alimentar ou das exportações. Para citar um outro exemplo mais recente e complicado, o da carne, mostra que há barreiras que não são só barreiras tarifárias mas que limitam a sua ação. Mas são sobretudo barreiras não tarifárias que incidem em suas atividades, perante as quais é muito mais complexo agir e reagir.

O contexto atual faz com que os regulamentos aprovados na Europa não sejam só algo que se relaciona exclusivamente com esse continente, mas o contexto de intercâmbio global faz com que uma norma aprovada pela Comissão Européia possa ter logo uma incidência no mercado da importação do Brasil e, portanto, inflectir no seu sistema produtivo, exigindo reorientações e reajustes. No entanto, a adequação a padrões internacionais constitui um acréscimo qualitativo importante

para os produtos. Por isso, no nosso projeto, pensamos na possibilidade de uma atividade de promoção das “best practices” (as boas práticas), onde o elemento comparativo - que determina a inovação e a competitividade - decorre do contraponto e da aliança entre Europa, União Europeia e o Brasil.

Do ponto de vista empresarial, é importante frisar que há um déficit de conhecimento, tanto de um lado como do outro. É importante frisar também que esse déficit reduz o porte do intercâmbio que poderia se incrementar e aumentar o seu nível de competitividade. Para preencher essa lacuna, e para citar um exemplo mais concreto, estamos definindo, com a Fundação Getúlio Vargas, um projeto de monitorização do intercâmbio no Brasil, do intercâmbio comercial com a Europa, para justamente ter mais um elemento de conhecimento.

O programa deste seminário poderia parecer muito variegado, muito heterogêneo, no sentido em que põe em diálogo alguns especialistas generalistas e setoriais, de alguns setores, não todos, das relações entre Europa e Brasil, introduzidos por um pano de fundo comum. O que na verdade atravessa esse projeto é uma idéia de interseções e conexões, sempre mais estreitas, que favoreçam a criação de redes necessariamente intersetoriais, interdisciplinares, mas que se baseia numa ideia forte de Brasil, de Europa e das relações que os dois atores podem estabelecer juntos.

A EUBrasil desempenha uma função, que é a de conectar, dentro das suas redes, empresas e grupos, esses atores, apresentando afinidades que possam, pelo elo comum da inovação e da internacionalização, dialogar e produzir sinergias de recíproco interesse, refundar uma imagem mais congruente do Brasil junto da Europa e, como a figura do quiasmo na retórica, uma imagem sólida da Europa no Brasil, é o objetivo substancial das campanhas da EUBrasil numa lógica de contraponto e harmonização, que se configura como um instrumento suplementar, mas para nós decisivo, para viabilizar e fortalecer relações entre a Europa e o Brasil, sempre mais consistentes e eficazes.

Para finalizar: Todos somos convidados a apoiar esse processo e a tornar mais substancial a ação da EUBrasil e, mais em geral, das relações euro-brasileiras. A crise que estamos atravessando confirma uma impressão que há tempo nós cultivamos: que um futuro de relações sólidas entre a Europa e o Brasil é um horizonte de maior força e equilíbrio não só para nós, mas para o contexto global como um todo.

## ***2. Uma agenda voltada para as mudanças climáticas***

**Christian de Filippi, Embaixada da Suécia**

Chaves de leitura:

*As prioridades da Presidência sueca na União Europeia. A recuperação depois da crise financeira e a agenda ambiental da UE. Uma Europa mais segura e aberta. As oportunidades de cooperação da cúpula UE-Brasil de 2009.*

A União Europeia é o maior parceiro comercial do Brasil e é também o seu maior investidor estrangeiro. Há muitas empresas europeias atualmente no Brasil, e só a Suécia possui cerca de 250 companhias em operação no Brasil. O relacionamento entre o Brasil e os países membros da União Europeia foi formalizado em julho de 2007 através da decisão de estabelecer uma parceria estratégica entre o Brasil e a União Europeia. Esta parceria começa agora a florescer e a nossa intenção é de nos certificarmos de que esta cooperação continuará em diferentes setores.

Nós esboçamos um plano de ação conjunto que foi adotado pelos nossos líderes em dezembro de 2008 no Rio de Janeiro. Em 6 de outubro deste ano o Presidente Lula viajará para Estocolmo para participar da próxima reunião de alto nível entre a União Europeia e o Brasil. O plano de ação conjunta entre a União Europeia e o Brasil prevê a construção de uma parceria estratégica abrangente, por intermédio da promoção da paz e da segurança através de um sistema multilateral eficiente, melhoria da parceria económica, social e ambiental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável, promoção da cooperação regional, promoção da ciência, tecnologia e inovação e promoção do intercâmbio entre os povos. Em Estocolmo, em outubro, além do encontro também terá lugar um fórum entre brasileiros e empresários da União Europeia, onde continuaremos a tentar promover as relações comerciais entre o Brasil e a União Europeia.

A presidência sueca tem duas prioridades principais: lidar com a crise

económica mundial e as mudanças climáticas. Acreditamos que um mundo ecologicamente eficiente e economicamente em crescendo seja possível. A crise financeira global atingiu a Europa com força total. Vamos continuar a trabalhar para restaurar a confiança nos mercados financeiros, combater os impactos negativos da crise sobre o crescimento e sobre o emprego e criaremos soluções de longo prazo para um crescimento sustentável e abertura do mercado através da promoção de uma maior coordenação da União Europeia, bem como G20, e com países importantes como o Brasil. A crise atual não teria sido tão séria se os riscos dos mercados financeiros tivessem sido previstos em estágios iniciais. A nossa ambição é alcançar uma solução global sobre as novas regras e fortalecer o organismo de supervisão. Queremos também um organismo europeu para supervisionar a estabilidade do sistema financeiro.

A crise econômica também demanda ações efetivas para limitar e mitigar os seus efeitos. Temos que evitar repetir os erros da década passada que levaram à exclusão longa de pessoas que deixaram o mercado de trabalho prematuramente. A presidência dará portanto prioridade às ações relativas a medidas do mercado de trabalho e de empregabilidade sustentável a longo prazo. Continuaremos a promover o livre comércio e a abertura como forma de encorajar o crescimento, emprego e o desenvolvimento e lutaremos também pela retomada das negociações da rodada de Doha e pela sua conclusão bem sucedida.

Na agenda há também um importante número de acordos de livre comércio. Queremos assegurar-vos que a política comercial contribua com os objetivos ambientais e climáticos. As mudanças climáticas afetam-nos diariamente e continuarão a afetar as gerações futuras. O ponto inicial da União Europeia é o painel intergovernamental sobre as mudanças climáticas, que declara que a emissão global de gás [com efeito de estufa] deve ser pelo menos reduzida pela metade até ao ano 2050 de forma a limitar o aumento da temperatura média a 2°C. Isto significa que o mundo industrializado tem que reduzir as suas emissões entre 25 e 40% até 2020 e entre 80 e 95% até 2050. A Convenção das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas é o centro desses esforços internacionais sobre o clima, o protocolo de Kyoto inclui o compromisso da redução das emissões de gases pelos países industrializados até 2012. Durante a próxima convenção de partes que acontecerá em Copenhague em dezembro deste ano esperamos que uma decisão tenha sido tomada com novos compromissos para o período após 2012. O objetivo mais importante para a Suécia é contribuir para um acordo internacional sobre o

clima durante o encontro de Copenhague.

Um ambicioso pacote legislativo sobre como a União Europeia está disposta a enfrentar as ameaças climáticas foi aprovado no ano passado. Ao mesmo tempo está claro que a União Europeia, que responde por 14% do total da emissão mundial, não pode neutralizar as mudanças climáticas sozinha. Portanto, torna-se necessário que um novo acordo global surja. A presidência sueca também dará prioridade ao desenvolvimento de futuras cooperações nas áreas da justiça e assuntos internos. Um programa em Estocolmo com vista a uma Europa mais segura e mais aberta, que a salvguarde também quanto à segurança, quanto aos direitos do indivíduo, está na pauta da presidência. Asilo e política migratória também serão priorizados. Trabalharemos para promover o bom funcionamento do sistema comum de asilo, criar regulamentações em comum no que se refere ao restabelecimento do indivíduo, à promoção da migração de trabalho e o vínculo entre migração e desenvolvimento. Por último, mas não menos importante, a presidência focará as relações da União Europeia com os seus vizinhos e com o mundo inteiro. A cúpula de alto nível sobre a parceria estratégica entre a União Europeia e o Brasil, que ocorrerá em Estocolmo em outubro, será de particular importância neste sentido. E em paralelo à cúpula também acontecerá um fórum entre empresários brasileiros e membros da União Europeia em Estocolmo, onde tentaremos promover futuras relações comerciais entre o Brasil e a União Europeia. E finalmente quero, como representante da presidência sueca da União Europeia, dizer que é uma tarefa muito importante certificar que o Brasil e a União Europeia seguirão juntos visando a implementação da parceria estratégica em diversas áreas de cooperação e assegurar que a reunião de alto nível de 6 de outubro em Estocolmo seja bem sucedida e o mais abrangente possível.

### ***3. Prioridade: fortalecer laços de amizade e cooperação***

**Sebastião Bala Rocha**, *Presidente do grupo parlamentar Brasil - UE*

Chaves de leitura:

*Os negócios como resistência à tomada de decisões em bloco. O grupo parlamentar como amortecedor de tensões. A importância do diálogo e de estreitar relações com os vários interlocutores. Um grupo de deputados à disposição, em busca de parcerias.*

Eu represento aqui aproximadamente 70 deputados e 30 senadores que compõem o nosso grupo parlamentar, que foi criado há poucos meses atrás, mas que já vem desempenhando um papel fundamental no fortalecimento das relações, sobretudo de amizade e comerciais, entre o Brasil e a União Europeia. E a inspiração principal para a criação desse grupo é que nós, no Amapá (eu sou do Amapá), vivemos a realidade da convivência entre o Brasil e a União Europeia, porque somos separados da Guiana francesa apenas pelo rio Arapoque. Então nós estabelecemos uma fronteira física entre o Mercosul e a União Europeia. Isto me inspirou do ponto de vista mais sentimental, mais umbilical, mais afetivo.

Do ponto de vista institucional há o fato de que muitas decisões hoje são tomadas em bloco pelos países membros da União Europeia e não mais individualmente. Só para ficar em três exemplos: a questão da migração, a questão dos produtos agrícolas e a questão do clima. Só para citar três exemplos, porque os negócios, esses continuam acontecendo bilateralmente. Há até disputas entre os países europeus em negócios com o Brasil, como tem o caso concreto agora das aeronaves de uso estratégico, onde a França tem uma proposta e a Suécia tem outra. Há essa disputa comercial. Isso vai continuar. A União Europeia não substitui essa relação bilateral do ponto de vista do comércio, dos negócios, na sua amplitude. Mas em alguns aspectos é de fundamental importância que nós, enquanto parlamento brasileiro, possamos estabelecer uma relação mais próxima

com o Parlamento Europeu, exatamente para tratar dos assuntos que dizem respeito - uma espécie de diplomacia parlamentar - a decisões que devem ser tomadas no Parlamento Europeu.

Nós estamos defendendo uma proposta, que é inclusive da delegação da União Europeia no Brasil, que é a criação, por exemplo, do centro de estudos europeus aqui no Brasil. E é provável que tenhamos que estabelecer uma articulação dentro do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia em favor da instituição deste centro, que é muito importante do ponto de vista do desenvolvimento científico e cultural das relações. Este grupo parlamentar pretende sobretudo aproximar ainda mais e fortalecer esses laços de amizade e cooperação, que já existem entre o Brasil e a União Europeia. Fortalecer a cooperação no âmbito parlamentar, interparlamentar. Ao mesmo tempo que nós estabelecemos relações diretamente com os países membros, temos hoje contatos muito frequentes com as embaixadas dos países membros da Europa aqui no Brasil e vamos continuar também nesses contatos bilaterais, mas o fundamental para nós é estabelecer uma “agenda macro” de entendimento com o Parlamento Europeu sobre os temas de interesse institucional do Brasil e da União Europeia. Eu quero que o grupo parlamentar possa ser visto como um braço auxiliar do poder executivo do Governo brasileiro, do ponto de vista das negociações dos problemas.

O grupo parlamentar pretende também ser uma espécie de pára-choque, de um amortecedor das tensões, como tivemos o problema da carne há algum tempo atrás, como tivemos o problema dos migrantes brasileiros em Espanha. Nós não tínhamos naquela época o grupo parlamentar. Se tivéssemos, também iríamos atuar junto aos governos e às embaixadas e aos parlamentos desses países para atenuar essas crises. O grupo pretende, sobretudo num âmbito muito geral, de maneira também muito resumida, fortalecer as relações e ser um ponto de apoio do Brasil junto da União Europeia. E nós inclusive temos interesse num prazo curto de ir a Bruxelas para trabalharmos na criação de um grupo homólogo. Para nós é muito gratificante ver que existe uma articulação lá na Europa, a EUBrasil. Eu confesso que estou começando a conhecer melhor as entidades, as organizações, as instituições que trabalham para essa relação Brasil - União Europeia. É muito grande o nosso interesse de conhecer todos os articuladores dessa relação, dessa cooperação: universidades, escolas, escritórios, câmaras de comércio, enfim, todas as representações que possam estar funcionando aqui no Brasil. Nós temos interesse. E lá fora também. Conhecer também para estreitarmos as relações com

quem pode nos apoiar lá fora, facilitando as nossas articulações.

Eu sou o autor do projeto de resolução que foi aprovado em 5 de novembro de 2008. Mas tem uma burocracia e nós só conseguimos implementar o grupo em abril de 2009. O nosso lema é “Grupo Parlamentar do Brasil na União Europeia, nações unidas para sempre”. Os objetivos são intensificar o relacionamento e também laços culturais, linguísticos, diplomáticos e de amizade entre o Brasil e os países membros da União Europeia e alguns aspetos especialmente entre o parlamento brasileiro e o Parlamento Europeu.

São vários os parlamentares que compõem a nossa diretoria, a nossa comissão executiva. Quanto aos vice-presidentes institucionais, [sua existência] é porque o nosso interesse não é desmobilizar os grupos que já existem entre o Brasil e os países membros da União Europeia (Brasil-Suécia, Brasil-Bélgica, Brasil-França, Brasil-Itália) e sim fortalecer. Por isso nós convidamos todos os presidentes desses grupos bilaterais para serem também vice-presidentes institucionais do nosso grupo. Todos eles participam agora. Foi recentemente instalado, por exemplo, o grupo Brasil-Suécia e Brasil-Bélgica também.

Nós temos um comitê de assuntos estratégicos composto por deputados e senadores especialistas em temas do interesse do Brasil e da União Europeia como o clima, o meio ambiente, a Amazônia, os direitos humanos.

No caso da Amazônia, com a agricultura, pecuária e desenvolvimento rural, o grupo está totalmente superpartidário, é republicano mesmo, não levamos em consideração a composição, a filiação partidária. Tem deputados e senadores de todos os partidos. Isto é só para ter uma idéia dos nossos comitês. Alguns deles são análogos às comissões técnicas da União Europeia. E nós temos também um conselho consultivo, para o qual nós convidamos os dirigentes das confederações do setor produtivo nacional, porque compreendemos que o forte dessa articulação é o setor produtivo.

Nós estamos à disposição. Queremos integrar essa frente de cooperação, de articulação, e para isso precisamos cada vez mais de parcerias e de entidades e organizações que possam nos dar oportunidade de, enquanto parlamento brasileiro, poder participar dos eventos e dos momentos decisórios dessas relações entre o Brasil e a União Europeia.

## ***4. A economia brasileira no contexto internacional***

**Maria L. Pádua Lima**, *Professora da Fundação Getúlio Vargas*

Chaves de leitura:

*O otimismo dos economistas e a real situação do Brasil. Um impacto da crise internacional mais forte que o previsto. Os bons estímulos de política fiscal. O desempenho da economia brasileira no contexto global. Necessidade de especialização do país, sim ou não? Mudanças climáticas, um novo começo para as relações entre Brasil e União Européia.*

Vamos discutir alguns dados sobre a recuperação do Brasil, sempre tendo em mente a grande preocupação que existe hoje em relação à recuperação do mundo de uma maneira geral mas também no Brasil, e se essa recuperação ela vai ser mantida ou se ela terá uma reversão assim que as medidas de política econômica que foram adotadas em vários países, inclusive no Brasil, sejam amenizadas ou retiradas. Essa preocupação está aqui colocada. Os economistas gostam muito de falar de formato de curva. Poucos consensos existem entre os economistas, mas há esse consenso de que a crise e o pânico se estabeleceram a partir da falência do Lehman Brothers e naquele momento se falava de uma curva, diziam alguns, com o formato em "U". Na curva teríamos uma queda rápida mas um restabelecimento muito rápido. Depois o formato mudou para "L". Tínhamos uma curva então com uma queda muito acentuada e uma manutenção do nível de atividade muito baixo. E agora o formato do momento é o de um "W". Tivemos uma queda, estamos numa recuperação e há a possibilidade para muitos analistas de uma outra queda.

Os economistas têm sempre uma mensagem muito otimista. Nós temos alguns sinais bastante positivos em relação à recuperação do Brasil nessa situação de crise global. Em primeiro lugar é a manutenção do consumo. Isso de fato tem ocorrido, e além do mais é de grande importância o apoio que se tem tido do mercado doméstico. O mercado doméstico brasileiro é um mercado expressivo para

muitos bens e serviços e isso certamente é de interesse das empresas européias que estão aqui localizadas, como também daquelas que pretendem eventualmente estabelecer operações aqui no Brasil.

Por outro lado, temos sinais negativos. Os sinais negativos se referem principalmente à contração dos investimentos. Nós tivemos uma contração bastante expressiva. Na melhor das hipóteses, com o cenário mais positivo, estes investimentos serão recuperados a partir do segundo semestre de 2010. E, acompanhando essa contração de investimentos, tivemos um colapso da produção industrial. É bem verdade que eu tenho uma visão da economia a partir de São Paulo. Isto é importante que se ressalte: em São Paulo o colapso industrial, de fato, foi bastante sentido. Amenizado em alguma medida porque nós pudemos contar com alguns estímulos importantes de política fiscal e monetária do governo federal. E há também, pelo menos na nossa percepção, um horizonte em que esses estímulos deverão permanecer por mais algum tempo para possibilitar a manutenção desse processo de recuperação econômica. Em relação a esses estímulos basta mencionar o da política monetária. É bem verdade que para muitos de uma forma um pouco tardia, mas houve uma reação a partir de janeiro de 2009 em relação à política monetária, levando a uma redução que foi sendo progressiva e que se acredita que agora tenha encontrado um novo patamar em torno de 8,75 % (a taxa nominal de juros referentes à economia brasileira). Eu sei que para analistas econômicos de maneira geral essa é uma taxa bastante elevada do ponto de vista internacional, mas para o Brasil tem significado uma boa perspectiva de manutenção da recuperação econômica, porque estamos num patamar considerado baixo para os padrões brasileiros.

A reação foi um pouco letárgica na opinião de vários analistas, porque se acreditava que a crise econômica não chegaria, que a crise global não chegaria ao Brasil com a força que mostrou ter no último trimestre de 2008. Nós estávamos numa trajetória de aceleração do crescimento constatada por todos os indicadores e houve uma brusca e rápida queda que ocorreu a partir do pânico que se estabeleceu no mercado internacional e que repercutiu no Brasil. Nós tínhamos uma situação mais favorável que noutras crises internacionais, mas sem dúvida nenhuma a repercussão foi muito maior do que as autoridades governamentais esperavam no primeiro momento. Não só autoridades governamentais mas a sociedade brasileira de uma maneira geral não imaginava que o impacto seria tão forte como acabou sendo. Mas o reconhecimento ocorreu e esta política monetária de redução de taxas

de juros de referência tem se mantido. Foi implementada a partir de janeiro com efeitos certamente positivos que já se sentem agora, mas se sentirão com maior intensidade nos próximos meses e no primeiro semestre do ano que vem.

Em relação à política fiscal os estímulos que foram dados: em primeiro lugar a redução, muito importante, do imposto de produtos industrializados para alguns duráveis, e cito principalmente automóveis e também linha branca, que pôde dessa forma manter e estimular o consumo desses duráveis. A indústria automobilística, inclusive no Brasil, tem comemorado os resultados desse ano de 2009 muito em função dessa política fiscal, que foi feita por um período de três meses, prorrogados por mais três meses, que devem ser provavelmente prorrogados novamente a partir de outubro. Além disso nós também tivemos no âmbito da política fiscal estímulos importantes no que diz respeito ao setor de habitação. Nós todos sabemos que o setor da construção civil é um setor importantíssimo para a geração de empregos e no caso do Brasil há um programa bastante ambicioso, bastante importante no setor de habitação e também nos vários aspetos de obras e infraestruturas. Portanto, esses estímulos fiscais estão planejados para um horizonte mais longo e que nós esperamos possam garantir uma recuperação mais estável da economia brasileira evitando o formato da curva em "W".

Em relação às principais economias do mundo, o Brasil ocupa, como todos sabem, uma posição que vai da oitava à décima dependendo da taxa cambial. A taxa de crescimento do nosso Produto Interno Bruto (PIB) nos anos 90 ficou um pouco inferior a 3 %, a taxa histórica de crescimento do Brasil de 1930 a 1980 ficou em torno de 7%. E nós temos uma performance muito melhor nos anos mais recentes. Evidentemente 2009 vai ter um resultado que hoje se acredita próximo a zero, um pouco superior a zero, não negativo, as expectativas estão mais otimistas, mas de qualquer maneira nós temos aqui uma performance que pode voltar rapidamente a ter um patamar bastante significativo. O objetivo, um objetivo bastante ambicioso, de voltar a uma média de crescimento de 7% ao ano, é uma grande discussão. Entre os economistas muitos consideram isso ser possível num espaço de tempo maior.

O consumo foi mantido e isso é extremamente importante para a nossa economia, em que o consumo representa em torno de 60% do PIB. Portanto, é muito diferente se nós compararmos por exemplo com a economia chinesa. A economia brasileira tem um mercado interno de fato expressivo e que está mantido. As condições de crédito ao consumidor foram restabelecidas, então isso nos dá essa

possibilidade de imaginar que a nossa curva não é em "W", como se está imaginando para vários países.

A taxa de investimento é um dado que de fato preocupa. É o sinal negativo. Teve uma queda muito grande. Havia uma grande expectativa de crescimento continuado para o Brasil, mas muitos investimentos foram absolutamente cancelados face ao pânico que se estabeleceu no segundo semestre do ano passado na produção industrial, com sinais já de recuperação. A própria FIESP [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo] hoje já está um pouco mais otimista em relação à produção industrial, mas nós tivemos de facto uma pressão muito grande.

O outro dado importante, que é sempre bom lembrar e faz parte hoje de algo que o Brasil tem e oferece a todos, é uma taxa de inflação estável. Nós temos hoje uma economia estabilizada. Quinze anos de estabilidade para o Brasil é uma coisa realmente muito importante. E dez anos de uma política monetária baseada em metas de inflação que tem cumprido as suas metas. Isso é algo para se levar em consideração quando se pensa no Brasil como um local de investimento, de crescimento e de oportunidades.

Outro fator bastante importante, e isto explica a manutenção do consumo, é uma política de elevação de salário mínimo real, que ocorre desde a estabilização. A estabilização foi um marco fundamental. Se nós vamos fazer uma análise de um período mais longo da economia brasileira, foi sem dúvida nenhuma a estabilização que garantiu esta manutenção de uma elevação contínua do salário mínimo real. Desde o pós-guerra até agora, nós tínhamos melhoras e depois quedas abruptas e nós temos observado uma melhora contínua do salário mínimo real. Isso é muito importante, também para aqueles que pretendem investir no Brasil, brasileiros e não brasileiros.

Mas temos um foco de preocupação, que é a questão da elevação da dívida pública como percentagem do PIB. Mas de qualquer maneira se pode perceber que está num nível, num patamar ainda confortável. É um problema sério nós termos um câmbio flutuante, o que tem um aspeto extremamente importante para o país mas por outro lado traz um cenário de maior incerteza para os exportadores, que de uma maneira geral não conseguem lidar com essa volatilidade. Nós temos uma taxa de câmbio efetiva e comparada com os 16 principais parceiros econômicos do Brasil bastante oscilante.

Aqui havia sido mencionado que a UE [União Européia] no seu conjunto é o principal parceiro para o Brasil. Individualmente hoje já é a China, mas do ponto

de vista do conjunto dos países da União Européia, a UE é mais importante. Em relação às exportações dos agronegócios a União Européia é um importante mercado para os nossos produtos. Não são à toa as nossas dificuldades da rodada de Doha.

Um pouco sobre a agricultura. Conversando com os colegas que participam deste seminário, me disseram que o Brasil é um país produtor primário. Eu disse assim: a questão não é que o Brasil seja. Ele não é só um produtor primário, mas ele é um importantíssimo produtor primário. Porquê então não admitir isso? Nós temos terra, temos água, temos clima, temos capacidade gerencial, enfim, essa discussão nós já tivemos imensas vezes, inclusive na FIESP. Não há mais, pelo menos do meu ponto de vista, essa dicotomia: ou indústria ou o setor primário. O Brasil pode fazer tudo e pode fazer bem. É um certo sentimento ufanista, não é muito o meu perfil, mas de qualquer maneira quando nós tratamos dessas informações sobre a agricultura, de fato é inegável esta possibilidade que o Brasil tem e que está exercendo.

Sempre é bom lembrar que nós temos uma percentagem muito grande de terras aráveis que não estão ainda sendo usadas (e não há necessidade nenhuma), e aqui entramos no tema da mudança climática, de devastar a Amazônia para termos uma performance econômica excelente. Inclusive mostrando os dados do que se utiliza das nossas terras aráveis para a plantação de açúcar e especificamente açúcar para a produção de etanol, que normalmente é metade-metade, inclusive na área plantada. Há uma possibilidade de ganhos efetivos de produtividade nas terras já em ação. Mas o Brasil também exporta aviões, eu gostaria de lembrar a todos.

Em relação à parceria estratégica, nós temos uma possibilidade de acordo entre União Européia e Mercosul mas está no momento adiada essa possibilidade em função do nosso ponto de vista de que em primeiro lugar [vem] a suspensão da Rodada de Doha e em segundo lugar as questões que são questões internas ao Mercosul e que não cabe aqui discutirmos. Mas a possibilidade aqui trazida pelas discussões de mudanças climáticas e o compromisso que o Brasil tem em relação a esse assunto nos parece um novo e promissor começo para as relações entre Brasil e União Européia. Do nosso ponto de vista é essencial se disseminar a ideia de que o etanol produzido no Brasil é muito diferente daquele produzido em outros lugares do mundo e isso nós vamos ter que falar muitas vezes para que seja uma informação bastante disseminada e absorvida. Nós temos aqui as vantagens do

etanol produzido a partir da cana de açúcar no Brasil e além disso a experiência que o Brasil tem na produção de etanol e de outras fontes de bioenergia, além da sua utilização efetiva. O Brasil tem a matriz mais limpa do ponto de vista de utilização energética. Nós sabemos que a dificuldade do Brasil é justamente em relação às questões de desmatamento de queima, mas por outro lado temos esse ponto muito positivo de uma matriz muito limpa e uma utilização já em larga escala.

Evidentemente, em relação às previsões dos economistas, há uma previsão, a mais negativa, a mais pessimista, de que o preço do petróleo vai voltar a subir em níveis muito elevados e que isso então abriria novamente uma excelente janela de oportunidades para o etanol brasileiro. De qualquer modo, só a questão climática já garantiria a necessidade de se pensar seriamente nessa opção.

As medidas relativas às mudanças climáticas abrem uma possibilidade de contribuição, de cooperação entre o Brasil e União Européia. Acho isso bastante relevante, o Brasil tem uma posição bastante clara já a esse respeito. E mais, também importa pensar quando se trata de União Européia e Brasil em investimentos em terceiros países. Nós temos já projetos que estão sendo feitos com empresas brasileiras e européias, inclusive com o apoio do governo brasileiro, em terceiros países, principalmente do continente africano.

No tema ambiental temos uma grande oportunidade de discussão, que vai ser a reunião de dezembro, a COP15. O Brasil tem aí um momento bom para discutir seriamente novas possibilidades de parceria com a União Européia e o desenvolvimento de um mercado de bioenergia. Essa é a posição que o Brasil tem e que me parece bastante acertada: tratar o etanol como uma “commodity” energética. E mais: há o que nós chamamos de triangulação desses investimentos conjuntos em países em desenvolvimento, não só em África mas também na América Central.

## ***5. Crescente presença das empresas brasileiras no exterior***

**Jase Ramsey**, *Professor da Fundação Dom Cabral*

Chaves de leitura:

*A importância da presença de empresas brasileiras no exterior. Companhias brasileiras investindo mais lá fora do que no mercado interno. Foco maior é na América Latina. Margens de rentabilidade no Brasil e no exterior. Otimismo cauteloso nas perspectivas para 2010.*

Tendo em mente a crescente atuação das empresas brasileiras no exterior, a Fundação Dom Cabral começa em 2006 um 'ranking' de transnacionais brasileiras. Por que o 'ranking' é tão relevante? Porque os investimentos no exterior são muito grandes e parece que vão continuar. Esta apresentação é feita do ponto de vista das companhias brasileiras maiores e também em termos de investimentos no exterior. Mas acho que é um bom complemento da professora Maria [Pádua Lima] e da sua apresentação completa de economia e exportações.

O que temos aqui é que com o Plano Real em 1994 começou o investimento interior e exterior do Brasil e em 2004 temos a fusão entre Ambev e Interbrew por 4,9 bilhões de dólares. Não parece que isso vai parar. Então vamos continuar a estudar essas situações.

Mas porque é importante que as nossas empresas estejam no exterior? É que essas empresas são muito importantes para o nosso país em termos de aumento de competitividade das empresas nacionais e garantem futuras remessas de lucros para o Brasil. Mas o que muitas pessoas têm-se perguntado é o que acontece com essas empresas em tempos de crise. O 'ranking' também permite avaliar o impacto de turbulências económicas das nossas empresas, assim como prever o que irá acontecer na arena mundial no próximo ano.

As transnacionais brasileiras cresceram em termos de receitas, ativos e funcionários em 2008. Isso é um pouco uma surpresa para nós. Nos primeiros três trimestres crescemos muito rápido aqui no Brasil. E em comparação entre nacional

e internacional as companhias brasileiras estão investindo mais no mundo exterior que no interior [do Brasil]. No 'ranking' temos em número 1 a Gerdau, um gigante de siderurgia, que teve aquisições na Guatemala, Estados Unidos, México e Espanha no ano passado. Outro destaque é a Marfrig, empresa do sector alimentício que teve um aumento de 358% em seus ativos no exterior em relação a 2007, tornando-se a terceira colocada. Isso foi devido à aquisições de ativos em mais de 20 subsidiárias na Europa e na América do Sul.

Outra idéia algo interessante é que Perdigão deu um grande passo em direção à transnacionalização, com a entrada em quatro países através de aquisições de subsidiárias produtivas, o que fez aumentar em mais de seis vezes a quantidade de funcionários no exterior: Roménia, Holanda, Argentina e País de Gales.

Mas onde estamos? Onde vão agora nossas companhias? Os investimentos diretos ainda são em grande parte destinados a países da América Latina. Países próximos envolvem menores custos de logística, maior semelhança cultural e facilidades de acordos comerciais. Talvez pelo mesmo motivo as transnacionais brasileiras se mostram relativamente pouco presentes na África, Ásia e Oceânia. A empresa brasileira que está presente no maior número de países é a Vale do Rio Doce, com 'green field', 'joint ventures', escritórios comerciais e atividades de exploração mineral em 33 países.

Entre 2007 e 2008 a América Latina cresceu com a maior percentagem, entre 30 e 36%. Quando falamos com as companhias brasileiras, [a conclusão] é que os países latino-americanos têm menos risco que outras partes do mundo e podemos ver o movimento maior é com a Ásia, entre 17 e 11%. Sabemos que as companhias brasileiras têm um grande posição e recursos naturais e os preços na Ásia baixaram no ano passado. A última coisa interessante é que a Europa é a região que tem uma posição maior depois da América Latina.

A margem EBITDA de operações totais foi de 17% aqui no Brasil e para as operações externas será inferior a 11% e falámos de uma perspectiva de satisfação de quatro pontos de vista de desempenho, em termos de vendas, do crescimento de vendas, da lucratividade e do 'market share'. Comparámos o mercado doméstico com o internacional e de todas as maneiras o mercado doméstico era maior que o mercado internacional em 2008. Outra coisa que perguntamos é "em termos de 2010 o que achamos"? E eles dizem que as expectativas são melhores para o mercado doméstico do que para o internacional, mas esta diferença não é tão

grande como em 2008. Quanto à intenção de expandir em 2010 os ativos no exterior, por setor, em termos de recursos naturais e manufactura, é mais baixo que nos serviços.

Em conclusão, em termos do passado temos três coisas: aumento dos investimentos em 2008, menores margens e o impacto da crise foi mais visível nas operações internacionais. Para o futuro (2010) especifico várias coisas. Em termos de crises, novas estratégias de negócios. Um exemplo é que a Gerdau compra muitas coisas na América do Norte. No ano passado eu falei com eles e perguntei porquê. É porque os ativos na América do Norte são mais baratos que antes. Essa é uma oportunidade que a América do Norte tem agora. Segundo, o impacto foi relativamente reduzido na crise no Brasil. Temos sucesso em sobreviver à crise financeira mundial. Temos revisão de planejamento estratégico. E, por último, as empresas são cautelosamente otimistas para 2010.

## **6. Os avanços da parceria estratégica de 2007**

**Maria Edileuza Reis**, *Diretora do Departamento da Europa no Ministério das Relações Exteriores*

Chaves de leitura:

*O difícil histórico das relações Brasil - Europa. O ano 2007 e a elevação ao patamar da parceria estratégica. O plano de ação: promoção da paz e segurança, o desenvolvimento sustentável, as relações com outras regiões, a cooperação científica e tecnológica, o intercâmbio cultural e social. Os próximos passos numa relação que esteve muitos anos aquém do seu potencial.*

A relação do Brasil com a União Européia hoje se encontra talvez num dos seus melhores momentos. Nós temos relações com a União Européia desde 1960, quando estabelecemos relações diplomáticas com a Comunidade Européia e abrimos uma embaixada já em 1961 em Bruxelas para representar os nossos interesses junto às Comissões européias e desde 1960 até 2006 essa relação cresceu, se ampliou especialmente na área econômico-comercial.

Mas a pauta do Brasil com a União Européia era uma pauta dura, difícil, centrada em disputa por tarifas, disputa por contenciosos comerciais e até 2006 também. Embora a relação do Brasil com a União Européia seja quase tão antiga quanto o próprio Tratado de Roma, nunca tinha havido no Brasil uma visita de um presidente da Comissão Européia. Em 2006 o presidente Durão Barroso esteve em Brasília, em maio, convidou o Presidente Lula para vir a Bruxelas, o que ele de fato fez já em julho de 2007, e essa foi, talvez, a força motriz de uma série de novas ações. Mas já no começo de 2006 nós começamos a trabalhar na elevação desse relacionamento a um patamar de parceria estratégica. A relação de parceria estratégica é uma relação privilegiada que a União Européia mantém com poucos países. Ela mantém essa relação com os Estados Unidos, com o Japão, Canadá, com a Rússia, Índia, China e Brasil. Até 2007 o Brasil não estava nessa lista. Então

quando nós olhamos essa relação, vemos que no contexto dos BRIC, que são uma grande força motriz do futuro e que já se comportam com uma associação de interesses, faltava o B.

A União Européia também já vinha ampliando a sua percepção do Brasil como um país com crescente protagonismo na cena internacional em temas muito importantes e de interesse global. E essa própria rede de parcerias da União Européia se insere num contexto de um aprofundamento crescente das suas políticas, uma futura presença política maior na cena internacional. Ao Brasil interessa a constituição de uma ordem internacional multipolar, não queremos ter um país só dominando no mundo. Achamos que é muito mais democrático termos uma ordem mais ampla com maiores atores. A União Européia tem essa percepção também do Brasil. Dada essa premissa política, nós passamos também a construir as condições para o lançamento dessa nossa parceria estratégica. Em 2007 ela foi lançada em Portugal, e nessa ocasião o Presidente Lula compareceu também em Bruxelas a essa primeira conferência internacional sobre biocombustíveis promovida pela União Européia. Uma iniciativa do presidente Durão Barroso. Na abertura dessa conferência internacional sobre biocombustíveis o presidente Lula disse uma frase muito importante: "muito bem, nós acabamos de lançar uma parceria estratégica em Lisboa, agora, eu entendo que essa nossa parceria, ou o verdadeiro caráter estratégico dessa nossa parceria, se revelará na medida em que nós possamos também contribuir para o desenvolvimento de países mais pobres". E na próxima cúpula nós já vamos dar corpo a essa idéia.

Mas entre o lançamento da parceria estratégica em julho de 2007 e a primeira cúpula da parceria e a segunda cúpula entre o Brasil e a União Européia, que ocorreu o ano passado em dezembro no Rio de Janeiro, o Brasil e a União Européia estiveram empenhados na constituição de um plano de ação conjunto dessa parceria estratégica. Foi uma negociação difícil, como é sempre com a União Européia, primeiro porque nós temos uma esfera de negociação com a Comissão Européia, depois um nível de aprovação superior pelos Estados membros da União Européia. Demorámos mais de um ano, mas conseguimos compor esse plano de ação que está estruturado em cinco áreas temáticas.

O primeiro tópico desse plano de ação diz respeito à promoção da paz e da segurança por meio de um sistema multilateral eficaz; e aqui eu gostaria de destacar a constituição de um diálogo político de alto nível entre o Brasil e a União Européia, que se reúnem regularmente todos os anos para passar em revista os

principais temas de interesse bilateral, regional e global. Este diálogo objetiva o afinamento de percepções, a coordenação de posições, a detecção de pontos onde nós podemos atuar em conjunto, a coordenação entre delegações do Brasil e da União Européia em foros multilaterais, enfim, é um trabalho político de grande relevância para o Brasil. E aqui nós temos também uma troca de percepções interessante na área de direitos humanos, na área de desarmamento e não proliferação, onde nós temos já grupos de trabalho que se reúnem regularmente.

Um segundo tópico da nossa parceria é talvez a parte de leão, que diz respeito à promoção da parceria econômica, social e ambiental e para o desenvolvimento sustentável. Nós nos comprometemos, nesse tópico, a implementar uma série de ações na área econômico-comercial, social e ambiental. Já foi dito anteriormente que a União Européia é ainda, como bloco, o principal parceiro comercial do Brasil. Mas é uma parceria comercial que precisa ser diversificada na percepção brasileira. Nós continuamos exportando produtos primários e importando produtos de alto valor agregado. Então nos interessa, nesse contexto, promover, discutir formas e mecanismos para a diversificação desse nosso comércio. E com esse intuito nós, no contexto da parceria estratégica, buscamos formar um grupo de trabalho que se reúna periodicamente, em nível técnico, para buscar essas formas de diversificação da nossa pauta. Nós também instituímos um mecanismo de consulta sobre temas sanitários e fito-sanitários. Todos sabem das discussões que nós temos com a União Européia sobre a questão das nossas exportações, sobretudo de carnes. A temática tem sido objeto de polêmica, de discussão. Então resolvemos constituir esse grupo, que demonstra a boa vontade política dos dois lados de buscar e antecipar soluções para problemas que venham a constituir obstáculo às nossas exportações. Nós também constituímos aqui um diálogo sobre temas macroeconômicos e financeiros. É um instrumento muito rico para que nós possamos trocar impressões, idéias, iniciativas, compor iniciativas conjuntas, especialmente à luz do quadro de crise (ou pós-crise, como dizem alguns, mas ainda não com muita convicção) que nós ainda enfrentamos.

Também nesse quadro nós temos uma perspectiva importante de ampliação da cooperação entre o BNDES e o Banco Europeu de Investimentos, para investimentos em áreas como a mudança do clima, energia, infra-estrutura e, além do relacionamento em propriedade intelectual, transportes marítimos e aéreos.

Além desses diálogos sobre questões sanitárias e fitossanitárias, nós também estamos lançando um diálogo sobre política industrial regulatória, uma

área destinada a criar um ambiente de diálogos sobre políticas industriais, sobre regulação. E ele já deve se reunir muito em breve. Ainda nesse bloco nós temos uma importante parceria na área de desenvolvimento sustentável e mudança do clima, onde discutimos com a União Européia a adoção de critérios de sustentabilidade para os biocombustíveis e a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável. Essa área nos remete imediatamente a um outro mecanismo que nós construímos com a União Européia no contexto da parceria estratégica, que é o diálogo sobre política energética. É um mecanismo bastante recente, reuniu-se pela primeira vez o ano passado, à margem da conferência internacional sobre biocombustíveis (em novembro do ano passado), mas é muito promissor no que diz respeito ao desenvolvimento, estabelecimento e fortalecimento da nossa parceria na área de bioenergia. Aqui têm um destaque muito forte as nossas discussões na área de padronização dos biocombustíveis, especialmente do etanol como uma ‘commodity’ internacional, mas é uma área que também nos permite diversificar a cooperação em benefício de terceiros países. Eu retomaria as palavras do Presidente Lula no lançamento dessa parceria estratégica, para dizer que já na terceira cúpula com a União Européia nós vamos assinar uma declaração de intenção Brasil - União Européia - União Africana, voltada para o desenvolvimento de biocombustíveis na África. Isso será um desdobramento muito importante, muito em linha não só com a liderança que o Brasil tem na área de biocombustíveis mas também com o interesse da União Européia em dar cumprimento às suas metas de redução de emissão dos seus gases de efeito de estufa, da incorporação crescente de biocombustíveis e de promoção do desenvolvimento de países mais pobres. De modo que essa é uma área que terá certamente um potencial imenso para crescimento.

Nós temos também com a União Européia outros diálogos em benefício do nosso desenvolvimento interno, como, por exemplo, o diálogo sobre políticas de integração regional. Esse é um mecanismo estabelecido em 2007 que nos permite uma troca de experiências com a União Européia sobre a redução de disparidades regionais dentro do Brasil. A União Européia tem grande experiência nessa área, também tem grandes disparidades. A União Européia tem tanto países do porte da Alemanha, da França, do Reino Unido, como tem economias pequenas e menos desenvolvidas de países que saíram ou que estão ainda numa fase de transição de uma forma mais efetiva para uma economia de mercado, embora já sejam

considerados como economia de mercado. É uma área que nos permitirá uma troca muito rica de intercâmbios.

Eu também citaria o diálogo que instituímos sobre questões de emprego e temas sociais. Nós tencionamos trocar com a União Europeia não só experiências brasileiras que podem ser replicadas em terceiros países, especialmente os nossos compromissos ou os nossos programas no contexto do combate à fome e à pobreza aqui no Brasil. E com a União Europeia nós desenvolvemos esse diálogo voltado para a troca das experiências sobre a promoção do pleno emprego e sobre o tema da igualdade racial e igualdade de gênero na oferta de empregos. A parte de cooperação triangular, que terá um desenvolvimento muito importante no contexto da nossa relação com a União Europeia, especialmente na área de biocombustíveis, não se restringe a isso.

Ela também contempla outros projetos que já estão em curso, em outras áreas como as de saúde, energia, agricultura e educação. E a idéia aqui é privilegiar sobretudo países africanos de língua portuguesa e países da América Central e Caribe e muito especificamente o Haiti, onde nós já temos um projeto importante em negociação. Temos também um outro bastante interessante com Moçambique na área de recursos hídricos.

O terceiro bloco da nossa cooperação diz respeito às relações bi-regionais. Nós já temos uma relação antiga entre a América Latina e o Caribe, mas em bloco, portanto, no contexto dessas cúpulas. Nós pretendemos no âmbito da parceria estratégica entre o Brasil e a União Europeia aprofundar os compromissos que assumimos no contexto das cúpulas América Latina, Caribe e União Europeia e, da mesma forma, no contexto das relações Mercosul - União Europeia. As negociações de fato estão paradas, por condicionante da União Europeia, mas neste momento estão com grandes perspectivas de retomada e com vistas à conclusão possivelmente de um acordo já por ocasião da presidência espanhola do conselho da União Europeia, que se dará no primeiro semestre do ano que vem. Esforços estão sendo feitos no sentido de promover uma atmosfera e um ambiente propício a essa negociação com vistas à conclusão desse acordo.

A vinculação entre Mercosul e União Europeia com a rodada de Doha é um assunto que foi imposto pela União Europeia. O Brasil jamais apresentou isso como uma condição, mas o fato é que devido à paralisação das negociações no contexto da rodada de Doha a falta de perspectivas de retomada estimulou na União Europeia o interesse na retomada dessas negociações. Para tanto, as duas partes precisam de

fazer um grande esforço negociador. Não sou especialista nas negociações, mas sei que há ainda grandes dificuldades.

Gostaria de mencionar também um ponto quatro, onde temos a cooperação em ciência, tecnologia e inovação. Nesse campo já temos um diálogo estruturado sobre a sociedade da informação, uma cooperação sobre governança da Internet, várias ações em desenvolvimento em áreas de nanotecnologia e de biotecnologia e agora estamos trabalhando para concluir um acordo entre o Governo brasileiro e a EURATOM que poderá possibilitar a participação do Brasil num projeto muito importante na área de fusão nuclear, que é o ITER (International Thermo Nuclear Reactor).

O último bloco de temas com a União Européia é o que diz respeito ao intercâmbio cultural e entre sociedades. Aqui temos também matérias extremamente importantes e algumas muito sensíveis. Estamos, neste ponto, constituindo com a União Européia um diálogo sobre questões migratórias onde buscamos promover os vínculos entre migração e desenvolvimento e promoção da contribuição da diáspora para o crescimento e desenvolvimento dos países. Também aqui buscamos combater o tráfico de migrantes, de pessoas, exploração de migrantes, rápida facilitação de viagens sem vistos entre os países. E na pauta temos a negociação de um acordo para a isenção de vistos de curta duração entre o Brasil e a União Européia e a nossa expectativa é a de que nós possamos também assinar esse acordo por ocasião da próxima cúpula. Também temos estabelecido nesse campo um diálogo sobre educação e sobre cultura. No âmbito do diálogo sobre a educação o tema central tinha sido a ampliação do programa Erasmus Mundus, focado muito em bolsas de estudos para a graduação e pós-graduação. Já no contexto do diálogo sobre cultura temos uma ampla gama de ações que podemos explorar, como a cooperação entre gerenciadores da convenção da UNESCO, a instituição de cursos de treinamento no que diz respeito a gerenciamento de patrimônio histórico dos dois países, muito à luz da própria experiência da União Européia nesta área.

Uma outra área muito importante que se estabeleceu no contexto da parceria estratégica é o diálogo interparlamentar. Já existe um diálogo regular entre o parlamento do Mercosul e o Parlamento Europeu, mas no contexto estritamente bilateral nós carecíamos desse tipo de interação. E é um diálogo importante, porque é onde nós podemos sensibilizar os representantes das sociedades civis no contexto da União Européia sobretudo sobre assuntos do nosso

interesse. O assunto migrações, por exemplo, é um ponto importante para se ter presente nessa discussão com o Parlamento Europeu. Outro ponto importante de interação entre as sociedades civis é o diálogo que já existe e que tem se intensificado de forma muito positiva entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil e o Conselho Econômico e Social Europeu. Nós realizamos em julho a reunião da Comissão mista entre o Brasil e a União Europeia, que já se reúne há muitos anos. Realizamos desta vez a 11ª reunião e passamos em revista todos os temas da nossa parceria e tivemos a satisfação de ver a realização da primeira mesa redonda entre esses dois órgãos, que discutiram temas de relevo como a crise econômica internacional e relações de emprego dentro de um contexto de crise. É uma área extremamente rica, que deverá crescer durante a relação.

Todos esses temas estão sendo avaliados neste momento, estão sendo implementados e já serão novamente levados à consideração no mais alto nível na próxima reunião de cúpula que teremos com a União Europeia e que vai se realizar em Estocolmo no próximo dia 6 de outubro. As cúpulas entre o Brasil e a União Europeia em geral são acompanhadas também de uma cúpula empresarial e esse é um modelo extremamente bem sucedido porque nós com ele propiciamos por um lado o debate no mais alto nível, no nível do Presidente da República, Presidente da Comissão Europeia e Presidente do Conselho da União Europeia, sobre os grandes desafios globais, as agendas recíprocas e regionais e os temas de interesse específico da pauta bilateral.

Estou em entendimento com a parte sueca quanto à conformação da agenda e será bastante rica, porque terá como tema central os desafios globais, liderança e responsabilidade e um foco em mudança do clima e na crise financeira internacional. Num segundo bloco de temas onde nós faremos uma avaliação recíproca dos respectivos cenários internacionais e do ambiente internacional nós vamos discutir entre outros assuntos a temática Mercosul - União Europeia, assuntos ligados à crise e ao processo de paz no Oriente Médio, desarmamento e não proliferação e aliança de civilizações. O terceiro bloco dos nossos temas dirá respeito à ampla avaliação do que foi apresentado aqui como ações acordadas mutuamente no contexto do plano de ação da parceria estratégica Brasil - União Europeia.

É portanto uma relação que durante muitos anos esteve muito aquém do seu potencial. O lançamento da parceria estratégica, o reconhecimento recíproco do

papel dos dois atores, como atores também relevantes no cenário internacional em diferentes temas de interesse global, nos levou a esse plano de ação. A elevar a relação ao nível de uma parceria estratégica onde nós procuraremos juntar meios e complementar atividades, ações e esforços com vistas à consecução de ações estratégicas, verdadeiramente estratégicas, tanto para o Brasil quanto para a União Europeia.

## ***7. Comunicar um Brasil de sucesso no exterior***

Otoni Fernandes Jr., Secretário de Comunicação Social da Presidência da República

Chaves de leitura:

*Os desafios da comunicação da Presidência da República. Como promover e comunicar o Brasil no exterior ? A sólida imagem internacional do Presidente. As viagens de Lula e a agenda das intervenções.*

Uma das nossas missões é a promoção do Brasil no exterior do ponto de vista da informação, porque a promoção comercial está a cargo do Itamaraty. Quando o ministro Franklin Martins assumiu a Secretaria de Comunicação Social, em 29 de março de 2007, nós encontramos um quadro de uma grande fragmentação da comunicação de governo, tínhamos três áreas diferentes: a secretaria da imprensa da Presidência da República, uma Secretaria de Comunicação Social (Secom) do ministro, que cuidava da publicidade e patrocínios, e o porta-voz, André Singer. Isso nos criava um sério problema, de falta de definir objetivos estratégicos e ações dispersas.

O Presidente, ao convidar o ministro Franklin para assumir a Secretaria de Comunicação, decidiu fundir as três estruturas e atribuir o poder ao ministro Franklin e eu fui convidado para ser o secretário executivo, que corresponderia ao cargo de vice-ministro. Nós identificamos que embora fosse a missão funcional da Secom promover o Brasil no exterior ela nunca tinha exercido esse papel. Assim que eu assumi fiz logo uma pergunta: quem cuida do 'site' do Brasil no exterior? E eu descobri que ninguém cuidava porque não existia um 'site' do Brasil para o exterior. Fiquei perplexo como um país da importância do Brasil no cenário internacional não tinha um portal de informações de qualidade para a promoção do país e dos vínculos com os países com os quais nós temos relações.

O Itamaraty faz muito bem esse papel, a nível dos postos onde existe uma ação de assessoria da imprensa, mas não existia uma ação central. E logo no

começo de maio nós levámos um projeto para o Presidente da República, prevendo quatro pontos básicos. O primeiro foi a contratação de uma empresa e assessoria de imprensa de relações públicas para promover o Brasil no exterior e não o Governo brasileiro. Nós fizemos um processo licitatório e em janeiro deste ano contratámos a empresa Companhia da Notícia, no Brasil associada à Fleishman Hillard, uma empresa que teria de estar presente no mundo inteiro, principalmente na Europa e na América do Norte. O segundo passo foi a criação de um portal, o novo portal do governo brasileiro para os cidadãos e também para o exterior. Fizemos uma nova licitação e contratamos a empresa TV1, que vem trabalhando desde março no projeto. E no dia 30 de novembro nós lançaremos o portal Brasil.gov.br, uma nova versão para o Brasil e para o exterior. Para o exterior ele será em inglês e em espanhol na primeira fase. A terceira ação em que o Presidente nos apoiou foi organizar eventos institucionais no exterior principalmente associados a jornais de economia e negócios, voltados para a atração de investimentos. Realizámos o primeiro evento em 16 de março deste ano em Nova Iorque com o “Wall Street Journal” e o “Valor Econômico”, do Brasil. Foi um evento com a presença do Presidente da República, da ministra Dilma, do ministro Mantega, do ministro Meirelles e empresários brasileiros e americanos e agora no dia 5 de novembro repetiremos um evento semelhante com o “Financial Times” e o “Valor Econômico”, em Londres.

A gente identificou algumas vulnerabilidades da imagem brasileira no exterior e estamos agora contratando uma pesquisa de imagem e de percepção junto a formadores de opinião principalmente na América do Norte e Europa e vamos ter uma base mais científica e mais centralizada. Mas a gente tinha já detectado vários pontos de fragilidade e escolhemos como principal linha de ação nesse período desde março de 2007 promover que valores? Promover o Brasil como o país da democracia sólida, o país da institucionalidade, o país que conseguiu a fórmula do crescimento econômico sustentável com inclusão social e com justiça social, o país da inovação, o país que convive a diversidade. Que aprendeu a conviver com seus vizinhos e tem que conviver com os seus povos, os seus múltiplos povos. O Presidente da República, que viaja muito, não tinha material para levar no exterior que dissesse quais são os nossos eixos de comunicação.

Nessa primeira fase, antes da contratação dessas empresas no exterior, desse trabalho mais coordenado, basicamente quem era o nosso grande vetor de comunicação no exterior era o Presidente da República.

Nós não fazemos anúncio, não publicamos anúncio em qualquer jornal. Acho que a comunicação pública é a comunicação de governo e se faz através das nossas ações, dos nossos postos diplomáticos e de uma ação centralizada no nosso caso, que é para promover os vínculos. Nós temos um objetivo claro de atrair investimentos. E promover o Brasil, as exportações brasileiras e as empresas brasileiras. Isso a gente consegue com informação de qualidade.

A partir do final do ano passado, quando veio a crise, criticaram muito o Presidente por falar que a crise era uma marolinha e o Presidente tinha toda a razão. Porquê? Em primeiro lugar: o Brasil enfrentou bem essa crise. A percepção que têm as autoridades econômicas do governo brasileiro é que nós já estamos chegando no final do ano correndo a uma taxa anualizada de crescimento do PIB de 4,5% a 5%. Nós provavelmente não teremos uma taxa de crescimento negativa, ela estará na faixa de 1% este ano. A solidez do sistema financeiro brasileiro permitiu que o Brasil enfrentasse a crise de origem externa muito bem. Em segundo lugar, de todos os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos, o Brasil foi o que mais rápido agiu com medidas contra-cíclicas. Apoiado num sólido sistema financeiro e alavancados pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa, o volume total de crédito no Brasil, o crédito interno, já está a dois pontos do PIB superior ao que ele era em setembro do ano passado. Foi o país que, no mundo, mais rápido reconquistou a confiança e repôs as linhas de crédito. Isso é fundamental ter, para poder fazer girar a economia. Nós tomamos as medidas contra-cíclicas para fortalecer (isso ajudou a manter a taxa de investimentos) e para estimular o consumo rapidamente, primeiro na cadeia automotiva, depois na cadeia da linha branca e finalmente com o programa "Nossa casa, nossa vida", permitindo pegar uma cadeia longa geradora de emprego que é a da construção civil.

O Banco Central Brasileiro em fevereiro previu que nós estaríamos com a taxa de desemprego este mês correndo na faixa de 8,8% a 9%, e nós estamos com 8,1%. Nós já estamos 0,1% abaixo do que nós estávamos no mesmo período do ano passado graças a essas medidas. Nós já saímos da crise. Estamos preparados para receber novos investimentos, temos um sólido mercado externo e interno, uma sólida plataforma exportadora. O papel do Presidente da República foi vital porque ele tem uma postura de estadista, uma sólida imagem internacional. Todas as viagens do Presidente resultaram numa enorme ampliação dos vínculos diplomáticos, culturais e econômicos, com uma melhoria da balança comercial entre os países que nós visitamos. A primeira coisa que nós fizemos foi tirar o Presidente

da toca. Tanto para a imprensa brasileira quanto para a imprensa no exterior. Nós passamos nas entrevistas exclusivas de 16 em 2006 para 64 em 2009. A gente aqui no Brasil sofre um cerco de grande parte da mídia, que tem uma visão preconceituosa em relação ao Governo. Então qual é a melhor forma de romper o cerco? Levar informação de qualidade, entrar num debate político. Nós não queremos entrar numa disputa, bate-boca, simplesmente levar informação de qualidade. E o nosso principal agente é o Presidente da República.

Vou mostrar um pouco da ação internacional. Só este ano nos sete primeiros meses foram 22 viagens internacionais e 65 agendas internacionais aqui no Brasil. Esses são momentos extraordinários para promover o Brasil. Vou dar um exemplo. No seminário que a gente realizou em Nova Iorque no dia 16 de março de 2009, o que é que nós aproveitamos? Para já, passar o recado de que o Brasil está bem preparado para enfrentar a crise. E pegou! Em comunicação precisa ter sorte também, não basta só planejar. Nesse dia nós planejamos, aproveitando a presença do Presidente, ele deu uma entrevista para o jornalista Farid Zakaria, que tem um programa na CNN International e é o editor internacional da Newsweek. Ele fez a entrevista no mesmo dia e levaria para o ar no dia seguinte. Aí o Farid Zakaria falou: "Não; vai ter reunião do G20" - no começo de abril em Londres - "eu vou dar essa entrevista na véspera da reunião no domingo". E deu.

O Presidente Lula tinha aproveitado o encontro de Nova Iorque, no sábado, para ter um encontro com o Presidente Obama. Isso também foi feito junto com o Itamaraty, o seminário foi feito numa data para que desse certo esse encontro. A coletiva do Presidente Obama e do Presidente Lula teve meia hora de cobertura pelos quatro principais canais de televisão americanos. Então o Presidente Lula no sábado estava nos quatro principais canais, na segunda-feira o seminário de "Wall Street", dois domingos depois o Farid Zakaria dá essa entrevista.

Comunicação é um círculo virtuoso. Se você faz bem feito, tem a mensagem certa e escolhe o meio certo, dá resultados. A presença, logo em seguida, em Londres, do Presidente foi muito importante também. Quando o Presidente viaja para o exterior, a gente sempre procura dar uma entrevista local. Por exemplo, quando ele foi para a Índia em 2007, deu a entrevista para os jornalistas dos dois principais jornais da Índia em Londres na véspera. Quando ele chegou em Deli, as manchetes desses jornais eram o Presidente Lula. Isso ajuda também. Então quando ele viaja para o exterior dá entrevista, da mesma forma quando viaja aqui no Brasil ele sempre escolhe a principal rádio, o principal comunicador de rádio

daquela cidade para dar uma entrevista. Os ministros também fazem reuniões correspondentes. Nós também temos a agenda dos ministros, então a gente promoveu uma entrevista do ministro Meirelles, que estava em Nova Iorque na segunda-feira, com o “The Wall Street Journal”. Saiu na primeira página. Nas visitas guiadas nós já trazemos correspondentes para mostrar coisas do programa de Governo e agora também mostraremos coisas da sociedade, de empresas privadas, para mostrar esse Brasil da inovação, liderança e energia.

A Companhia da Notícia, que faz o trabalho de assessor de imprensa e relações públicas aqui no Brasil voltado para o exterior, tem uma análise diária de mídia, 38 veículos no exterior (sites, revistas, jornais). O índice de qualidade de posição na mídia é um índice que a gente monitora mensalmente e é baseado na quantidade de matérias que saíram nesses 38 veículos e dá uma ponderação do seguinte tipo: uma matéria positiva obviamente tem maior pontuação. Se ela é positiva e está na primeira página tem um peso maior, se ela é positiva ou negativa e está dentro... então eles fizeram uma ponderação, têm uma base científica. Esses dados a gente monitora. Nós consideramos que do ponto de vista da mídia nós conquistamos o objetivo de promover esses pilares de institucionalidade, democracia, solidez macroeconômica. Agora estamos procurando promover o Brasil como país da inovação, da liderança em energia, da sustentabilidade ambiental. A gente sabe que a nossa imagem negativa hoje está associada à má percepção sobre a questão ambiental. Nós, junto com o Itamaraty e com o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Meio Ambiente, estamos preparando uma sólida ação para dezembro em Copenhague. Já fizemos uma primeira reunião e vamos aproveitar esse evento para mostrar como o Brasil tem avançado desse ponto de vista da sustentabilidade ambiental.

## ***8. Comércio Brasil – Europa: espaço para crescer***

**Norton de Andrade Rapesta**, *Diretor do Departamento de Promoção Comercial (DPR) do Ministério das Relações Exteriores*

Chaves de leitura:

*O crescimento das exportações brasileiras para a Europa. O papel da Holanda como plataforma de distribuição. A necessidade de trabalhar mais para reforçar os fluxos de investimento.*

O Brasil tem uma imagem. É conhecido pelos cinco “S”: Sun, Soccer, Sand, Samba and Sex. Porém, esquecem de mostrar que o Brasil tem outras vantagens importantes, tais como: avião, médicos, etc.

As questões de imagem e de cultura são muito interessantes. Uma vez a França fez testes nucleares no Pacífico. Como consequência houve uma queda substancial na exportação dos seus vinhos, principalmente do champanhe. Na época, a Suécia, por exemplo, que é um país que tem um grau de consciência ecológica muito grande, se manifestou contra os ensaios, parando de importar tal bebida da França e passou a comprar do Brasil. O produto brasileiro se revelou bom e, também, competitivo.

O comércio exterior brasileiro tem apresentado resultado satisfatório. Em 1988, as exportações totalizaram 46 bilhões, representando 23% do total, em uma média de crescimento de 19,9% ao ano. Em 1999, a balança era deficitária. Hoje há superávit e saldo com 27 países e, não mais, com 15. Nos últimos 10 anos, constatou-se um crescimento das exportações. No primeiro semestre de 2009, ocorreu uma queda, conforme esperado, como resultado da crise econômica.

Em relação, especificamente, à Europa, o aumento das exportações brasileiras para os países europeus foi muito inferior se comparado ao resto do mundo. 70% do que é enviado para a União Europeia têm como destino os Países Baixos, a Alemanha, a Itália, a Bélgica e a França. Entretanto, cabe ressaltar o “efeito Roterdã”, ou seja, os produtos que entram por esse porto não têm

necessariamente como destino final a Holanda, principalmente, porque os Países Baixos são um grande ‘trader’ mundial. Vale ressaltar que a Bélgica também tem uma participação importante uma vez que muito do que importa do Brasil é re-exportado e não é destinado ao mercado europeu.

Dos principais produtos brasileiros exportados, 53% são manufaturados, sendo que uma grande parte é enviada à Eslováquia, à Estônia e à Hungria. Lembrando que se deve descontar desses números os efeitos Roterdã e Bélgica para aqueles produtos que vão para outros países.

No caso das importações brasileiras da União Europeia, em 2008 registrou-se um aumento de US\$36 bilhões. Entre 2002 e 2008 houve uma redução de 18% das nossas exportações. Já em 2009 houve uma baixa de 30% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O maior parceiro europeu do Brasil é a Alemanha, devido ao comércio do automóvel alemão e de equipamentos. Já em relação a investimento, a Holanda aparece mais uma vez em destaque como o primeiro investidor europeu no Brasil e o segundo no ‘ranking geral’ (dados de dezembro de 2008). Porém, devemos chamar a atenção novamente para o efeito Roterdã: muitas empresas estão instaladas, ou têm escritórios locais, e usam as facilidades desse país para investir em outros.

Vale a reflexão. Nós vamos para onde? Que imagem vamos transmitir? Onde vamos com posse da informação? O que podemos fazer?

Alguns setores não estão se desenvolvendo, lamentavelmente. Há que encontrar mecanismos e parcerias em busca de terceiros mercados. Senão, vamos ficar em um crescimento vegetativo do comércio, sofrendo os percalços de crises ou de suspiros ou soluços que o mundo venha a ter daqui para a frente.

A troca de conhecimentos é necessária nesse momento. Ideias mirabolantes não existem. É fundamental melhorarmos a nossa imagem na Europa. Quando o Presidente Lula esteve na Suécia, ele andou de ônibus movido a etanol. Para o Brasil, esse fato foi fantástico porque mostrou um produto que utiliza uma tecnologia brasileira, que é compartilhada por outros países que tem um parque tecnológico e industrial dos mais avançados do mundo. O brasileiro conseguiu? Sim.

## ***9. Projetar o conhecimento pela inclusão digital***

**César Alvarez, *Chefe de gabinete da Presidência da República***

Chaves de leitura:

*A Internet como espaço de conhecimento e de inclusão social. Como evoluiu o programa “Computador para todos”. O projeto da inclusão digital nas escolas.*

A questão do conhecimento hoje estratifica socialmente indivíduos e sociedades. É um direito em construção e como tal é objeto de política pública combater a exclusão, que é uma tendência de um sistema de desigual acesso ao conhecimento. Dependendo de modernas tecnologias, deve-se tornar uma política pública, não basta a declaração. Isto é um processo social de construção e um direito que abre as portas para novos direitos. O ‘mix’ de política pública, política empresarial e o ‘mix’ da ação conjunta deve dar conta dessa diferenciação desses quatro Brasis: urbano, rural, rico e pobre.

Chamo a atenção às múltiplas formas de acesso à Internet. Em casa nos últimos três anos, até 2008, está mais ou menos estável. Em casa de outras pessoas deu uma subida, no trabalho baixa (mas é um dado comparativo), na escola baixa (mas é um dado que deve ser relativizado). No caso Lan House, passa de 18% dos acessos em 2006 para 48% nos dois últimos anos. Há cerca de 90.000 LAN Houses no Brasil que precisam e devem ser objeto de políticas públicas porque aqui há participação. E não pensem que é só jogos, serviços, Governo, curriculum, emprego. Evidentemente também é jogo, divertimento, lazer, comunicação, e-mail.

Nós trabalhamos em quatro dimensões. A primeira: o acesso precisa de ser mais barato. O terminal, o equipamento. Tem toda uma política na linha industrial, comercial e de financiamento. Depois, evidentemente, o oxigênio da Internet, que é a banda larga. Um tema que é a educação e é a inclusão digital na escola, uma política pesada nesta área e atualmente trabalhando um pouquinho mais a questão do acesso comunitário. Não mais do que 4% dos acessos era pelos chamados telecentros públicos. É preciso aumentar também essa variante da formação e da criação de densidade de acesso à Internet.

O programa "Computador para todos" foi uma combinação de definição de um computador com uma configuração mínima a um preço máximo e financiamento e, evidentemente, articulação com comércio e indústria. Estamos agora trabalhando no computador portátil para professor, não tinha muito mais tributo a tirar, tiramos o varejo. Tiramos o varejo, estamos a fazer diretamente pelo correio, lançamos no ano passado a um preço máximo de mil reais e aí veio a desvalorização do real, a sobrevalorização do dólar naquele período, as quatro empresas que aderiram pediram um tempo. Em novembro discutimos, relançamos o programa por 1.400 [reais], mas vai dar para descer para 1.200. Então, vamos oferecer para quem for professor brasileiro (apresentando apenas sua identidade funcional em qualquer agência do correio) um micro computador, um 'notebook' de qualidade por 1.200 reais com financiamento do sistema público financeiro e também do sistema privado, que eu espero que a Febraban aqui participe. Também esse é um projeto que está rodando apenas nas 63 cidades de maior densidade habitacional e o correio está testando seu 'software' e esperamos ter em todas as capitais do Brasil em mais 30 dias e em todo o Brasil em mais 60 dias. Aqui tem um produto específico para dar valorização do professor como instrumento de trabalho.

O ano passado fizemos uma permuta de uma antiga obrigação ainda pendente da época das privatizações, que eram lojinhas para ter computador e telefones, e trocamos pela penúltima milha da banda larga, que ainda não alcançava cerca de 3.400 cidades do Brasil. Temos que levar a banda larga para 100% do Brasil até final de 2010. O projeto levou para 40% das 3.400 que faltavam no passado, este ano está levando para mais 40% e aqueles últimos 20% das 3.400 que não tinham banda larga terão banda larga até 2010. Ainda que estejamos discutindo essa banda chegar um pouquinho mais que a dois gigas... Mas de qualquer forma é uma disputa forte no dia-a-dia.

Temos uma política de conexão em pontos distantes do Brasil, o chamado governo eletrônico "Gesac", desenvolvido pelo Ministério das Comunicações. Dizem que foi uma das maiores licitações feitas no ano passado. Doze mil novos pontos ainda não instalados e este ano estamos preparando uma nova licitação para mais 6.000 novos pontos.

Inclusão digital na escola. Junto com o acordo que fizemos com as operadoras de telefonia fixa de levar a banda larga àqueles 3.400 municípios, também na permuta conseguimos que as 56 mil escolas públicas urbanas, que têm

84% dos alunos, tenham banda larga com modem até 2025. Um serviço gratuito pelas operadoras, que são fruto da concessão da lei geral das telecomunicações brasileiras. Isto é um avanço que significará conexão de qualidade em todas as escolas públicas urbanas do Brasil até 2025. E agora estamos tentando trabalhar o tema das escolas rurais, que são mais de 100.000, com uma média de 50 alunos, e que têm 16% da população escolar brasileira, pública, de ensino fundamental e médio, ensino básico.

Outra experiência é aquilo que foi conhecido como “computador dos 100 dólares”, do visionário vendedor do futuro Nicholas Negroponte, que não deu certo do jeito que ele vendeu: “cinco grandes líderes, cada qual comprando um milhão de computadores”. Mas o Presidente Lula assumiu essa bandeira, trabalhamos com três grandes centros de experimentação, com a indústria, e hoje estamos comprando 150.000 equipamentos para 300 escolas para fazer um grande projeto-piloto e ao mesmo tempo, como alguns governadores e prefeitos estão aderindo ao projeto na sua autonomia, enquanto gestores de redes estaduais e municipais de educação, lançamos um projeto pelo BNDES de um financiamento no valor de 600 milhões de reais, onde o conselho monetário nacional já está excepcionalizando, para não contabilizar para o efeito da dívida pública. Este financiamento é para as redes iniciarem. Não dá para mais que 5% dos 45 milhões de alunos das redes públicas do Brasil. É para começar o projeto piloto no conceito “one-to-one”, um por um, que é uma reforma profunda na questão pedagógica do conhecimento do papel do professor na falência da escola pública, da evasão e da repetência. Se vocês virem numa escola, como eu vejo algumas vezes nas escolas-piloto, aquela “gurizada” trabalhando coletivamente, aprendendo de uma outra forma e o professor como facilitador e não o dono da totalidade do saber, é algo realmente impressionante. Em Piraí, cidade do interior do Rio de Janeiro, numa escola rural, ou seja, numa escola de alunos de baixa renda, em dois anos o IDEB, que é um índice medido de efetividade do ensino básico, passou de 2,4 para 4,2. Uma projeção de alcançar esse resultado escolar que era de 15 anos foi alcançada em dois. Evidentemente que ninguém tem a ilusão de que o Brasil em um, dois, cinco anos chegará a ter 45 milhões de alunos cada qual com o seu computador.

Nós temos de cumprir tarefas de anteontem, combinadas com tarefas de amanhã. Então aqui tem uma, o início de um projeto de muita ousadia, em que estamos não mais do que num piloto com 150.000 estudantes de 300 escolas do Brasil. Trabalhando para centros comunitários estamos lançando um edital público

para 3.000 telecentros nos próximos 15 dias. Esses 3.000 telecentros, além de equipamento e conexão, terão um monitor, um monitor supervisionado por cinco redes temáticas, e uma rede regional para trabalhar e dar qualidade a esse animador digital com bolsas do CNPQ. Serão formados 24.000 jovens na animação desses 3.000 telecentros que serão disputados por sociedades, ONGs, prefeituras, associações sociais das mais diversas.

Estamos trabalhando na LAN House desde produção de “softwares” de qualidade, de “softwares” livres a menor custo, acesso, sua regulamentação enquanto pequena e média empresa, serviços, e-gov, educação, e não descartamos inclusive cheques pré-pagos para complementar tarefas escolares daquelas escolas onde o laboratório, com dez equipamentos para 1.200 alunos, evidentemente não dá conta. Estamos trabalhando fortemente essa nova área, que é mais recente, desenvolvendo alguns “softwares”, tirando o joguinho coreano que ninguém entende, para desenvolver um produto cultural brasileiro e dando qualidade à LAN House, a chamando para a formalidade. Porquê? Porque 49% dos brasileiros é ali que fazem, que acessam a rede mundial, não de computadores, mas de pessoas, que é a verdadeira Internet.

## ***10. Biocombustíveis no centro do diálogo energético***

**André Correia do Lago**, *Departamento de Energia do Ministério das Relações Exteriores*

Chaves de leitura:

*O diálogo dinâmico entre Brasil e União Européia para a energia. Os temas centrais da cooperação: a regulação, a eficiência energética, os biocombustíveis de segunda geração e as tecnologias com baixa intensidade de carbono. O foco na expansão do comércio mundial dos biocombustíveis e o papel do Brasil no mapa mundial.*

O tema da energia com a União Européia vem ganhando enorme dinâmica no passado recente. Nós temos um diálogo muito dinâmico com a União Européia porque temos visões muito próximas, Brasil e União Européia, em vários temas, e adorariamos ter visões ainda mais próximas em alguns em que infelizmente não estamos tão próximos. Mas o fato é que em novembro do ano passado, na conferência internacional dos biocombustíveis, houve uma reunião ministerial onde se escolheram os principais eixos nos quais nós íamos concentrar a nossa relação com a União Européia nessa área de energia num futuro próximo.

Um deles é o dos assuntos regulatórios, que evidentemente estão ligados a questões de investimentos, ou seja, uma troca de experiências, nesse sentido de um melhor conhecimento das regras, para que isso possa permitir que dos dois lados os investimentos sejam ainda mais estimulados.

Uma outra área na qual nós temos nos aproximado muito é na questão de eficiência energética. A eficiência energética hoje em dia adquiriu uma importância muito grande na agenda internacional e vem sendo discutida em vários fóruns, como, por exemplo, o G8+5. E recentemente, na última reunião do G8+5 de energia, em Roma, foi lançada a IPEC, que é a parceria internacional de cooperação em eficiência energética. O Brasil é membro fundador da IPEC, junto com os países membros da União Européia, e essa IPEC é um esforço muito interessante porque

na realidade a eficiência energética ficou importante porque no combate à mudança do clima a eficiência é provavelmente o caminho mais barato, mais simples e no qual se conhecem melhor as soluções a curto prazo. Um caso de eficiência energética muito comum na União Europeia é, por exemplo, a substituição dos vidros nas residências para conservar melhor a energia. A questão que nós, do lado brasileiro, estamos colocando nesse diálogo com a Europa é que a nossa visão de eficiência energética tem variações com relação aos países da União Europeia porque nós temos circunstâncias diferentes. Uma dessas circunstâncias é que, por exemplo, a calefação não é uma grande preocupação no Brasil e que também na Europa não há o déficit habitacional que existe no Brasil. Então, na Europa a grande preocupação é a reforma das casas já existentes para maior eficiência. Do lado brasileiro nós estamos promovendo um diálogo mais amplo sobre construções sustentáveis dirigidas a maior eficiência energética, tanto no processo de construção como também no consumo de energia que virá dessas casas. Com esse projeto da construção de casas populares, nós queremos muito estudar tecnologias mais simples, tecnologias que possam ir diretamente para essa questão que é mais brasileira.

Uma outra questão também é que o Brasil tem uma matriz energética muito mais limpa do que a europeia. A eventual ineficiência energética brasileira tem consequências muito menores no clima porque você está desperdiçando energias renováveis. Evidentemente que nós sabemos que apesar das grandes melhoras em eficiência energética em anos recentes no Brasil, para um país que ainda tem um déficit, é um desperdício que realmente nós queremos combater.

O terceiro tema são os projetos conjuntos de pesquisa em biocombustíveis de segunda geração. O Brasil está participando dessas coordenadas, que são feitas pela Comissão europeia, e nós pretendemos trabalhar em conjunto com os europeus também nessa área.

A quarta área seria a questão das “low carbon technology”, as tecnologias de baixo carbono. O conceito de baixo carbono está crescendo cada vez mais e é bastante interessante mas deturpa um pouco a ideia habitual, inclusive que vinha também da Europa, que era a promoção de energias renováveis. Energias renováveis têm um lado extremamente positivo para o clima e são muito valorizadas. No Brasil o peso das renováveis da nossa matriz energética é de 47%. A média da OCDE é 6 % de renováveis. Países como o Reino Unido têm menos de 3% de renováveis na sua matriz energética. É muito caro, muito complicado,

investimentos enormes. Na parte de eólicas, por exemplo, a Alemanha tem investido barbaramente mas ainda é uma parcela relativamente pequena da sua matriz energética. Então, se desenvolveu esse conceito do “low carbon energies”. Porquê? Porque você introduz aí a energia nuclear. Porque a energia nuclear, apesar de alguns problemas clássicos sempre apontados, tem a imensa vantagem de não ter impactos sobre o clima. Tal como outras futuras energias de baixo carbono, como, por exemplo, o carvão verde, que ainda é um projeto mas que já tem melhorado as emissões do carvão, e também tecnologias como o sequestro de carbono, o CCS, que também é muito importante para o Brasil, sobretudo diante dos nossos descobrimentos no pré-sal. O Brasil agora é um país que também está particularmente voltado para essa questão de redução de emissões na área de petróleo e de gás. Portanto, essas tecnologias de baixo carbono, incluindo nuclear e CCS, são uma área prioritária que estamos estudando com os europeus.

E finalmente temos o grande tema energético entre o Brasil e a União Européia que são os biocombustíveis. E nos biocombustíveis temos várias dimensões de relação. Temos primeiro uma agenda mais difícil, complexa, que é o acompanhamento das diretivas da União Européia com relação aos biocombustíveis, mas que tem sido um processo muito aberto, muito transparente. É um processo que tem envolvido a sociedade civil, o Parlamento, os Estados membros e a Comissão, mas é um longo processo de consultas sobre como deveria ser a sustentabilidade dos biocombustíveis que seriam importados pela União Européia. Essa discussão é muito complexa porque há grandes interesses econômicos em jogo. Mas não podemos esquecer sempre o fato de que na Europa o principal motor da política de biocombustíveis vem do setor agrícola.

Os interesses econômicos da produção de biocombustíveis na Europa são muito grandes. É, aliás, uma situação muito semelhante à que temos nos Estados Unidos. Esse lado clarissimamente protecionista tem tido um impacto muito grande sobre a preparação dessas diretivas. Mesmo assim, as diretivas avançaram de maneira consultiva, muito aberta, participamos muito dessas discussões, continuamos nessas discussões. Este ano vão ser discutidos dois temas que parecem um pouco bizantinos, mas que são absolutamente essenciais para a possibilidade de os biocombustíveis entrarem na Europa. Um é a questão do que se chama em inglês “indirectly land changes”, que é o uso indireto da mudança da terra, que é a questão de como se devem adicionar as emissões dos biocombustíveis com as eventuais emissões do deslocamento da agricultura para outras regiões. E o

outro tema que também é razoavelmente bizantino é o das pradarias altamente biodiversas (“highly biodiverse grassland”), que limitaria a produção de biocombustíveis apenas em certas regiões que ainda não estariam com a sua biodiversidade recuperada. Por exemplo, um campo abandonado depois de um certo número de anos passaria a ter um “stock” de carbono importante e também uma biodiversidade razoável, então não se poderiam comprar biocombustíveis que forem produzidos aí.

O que nos preocupa enormemente, por causa da produção de biocombustíveis na África, que é uma prioridade do Presidente Lula, é a expansão do comércio mundial de biocombustíveis, ou seja, a “commoditização” dos biocombustíveis. Tem que ter muitos consumidores e produtores. A África tem um potencial extraordinário. Mas o que aconteceria é que de certa forma esse conceito de pradarias altamente biodiversas poderia retirar praticamente todas as regiões da África onde se poderia plantar biocombustíveis. Então, esses são dois temas da maior sensibilidade na nossa relação com a União Européia e que estão sendo debatidos todos os dias intensamente.

Agora, um lado positivo dos biocombustíveis. Agora estamos envolvendo uma parceria para a produção de biocombustíveis sustentáveis na África. Seria uma parceria do Brasil com a União Européia para assegurarmos que a produção de biocombustíveis na África justamente responda a padrões sociais, ambientais e econômicos que torne os biocombustíveis uma produção moderna. O papel do Brasil é levar a sua tecnologia, as suas experiências e os seus serviços para a África para que a África possa dar aquele salto e já começar da tecnologia mais avançada que nós temos. E o lado europeu [participa] pelo lado do consumo porque é um mercado que tem um potencial absolutamente extraordinário.

Além disso, nós temos muitíssimas relações de energia com países da União Européia e a questão dos biocombustíveis se tornou um tema muito presente nos nossos diálogos bilaterais, principalmente no caso Alemanha. Com a Holanda também. E em todos estes países a sustentabilidade é uma questão chave e o nosso desejo é justamente mostrar o quanto o Brasil é um campeão da sustentabilidade, porque o Brasil quer que a dimensão ambiental e social sejam absolutamente prioritárias.

Há duas iniciativas do Governo que foram absolutamente chave. Uma foi o resultado da mesa redonda organizada pela Secretaria Geral da Presidência da República, que fez um acordo de padrão de social na cana-de-açúcar, com os

principais sindicatos, com as principais indústrias e o Governo. Isso foi o resultado de mais de um ano de negociação e que resultou extraordinário. A outra dimensão, que o Presidente da República está para formalizar e que já está pronta tecnicamente, é o zoneamento agrícola da cana-de-açúcar no Brasil, que é também um tema que mostra esse desejo do Brasil de ir na direção da sustentabilidade. No ano passado houve a conferência nacional de biocombustíveis, a Europa participou ativamente e dessa conferência provavelmente o melhor resultado foi o entusiasmo dos países africanos de verem que um país em desenvolvimento também está tão envolvido com a questão da sustentabilidade e uma sustentabilidade que eles podem pagar. Nós estamos avançando de forma muito interessante nesse diálogo com a União Europeia.

Finalmente, a cúpula que vai ser agora em outubro. A Suécia para nós é um parceiro excepcional, porque mostra que um país desenvolvido pode ter um investimento enorme na parte de biocombustíveis com resultados extremamente positivos.

## ***11. Portugal Telecom no Brasil, uma aposta ganha***

**António Robalo de Almeida**, *Inspector geral da Portugal Telecom*

Chaves de leitura:

*Portugal Telecom, um 'player' global. O peso crescente do Brasil nos negócios do grupo. Os cinco grandes objetivos da Portugal Telecom a três anos. Desafios de um operador europeu num mercado como o brasileiro. As oportunidades que tornam o Brasil um compromisso do grupo.*

O Brasil é a segunda casa da Portugal Telecom. Temos muito orgulho em o dizer e o nosso compromisso com o Brasil é histórico. Nós não estivemos à espera que o Brasil estivesse a atravessar um melhor momento económico. Já estamos há muitos anos no Brasil a investir em telecomunicações. Quem já tem mais anos do que eu lembra-se perfeitamente que no início da década de 90 começámos os investimentos no Brasil com a Mobitel. Portanto, muito antes da Vivo.

A Portugal Telecom é um operador global, está presente em 14 países do mundo e é o único operador mundial que está nos cinco continentes. Não há mais nenhum operador que esteja presente nos cinco continentes. Operamos de modo global todos os serviços e todas as tecnologias desde televisão, tecnologia fixa, telefonia móvel, etc. E a inovação tem sido sempre uma constante do nosso DNA. Quem criou o pré-pago nos telemóveis foi a Portugal Telecom. Primeiro em Portugal. E mais tarde replicou aqui com o Baby. Se há fatores que democratizaram o uso do telefone celular um deles foi certamente o pré-pago.

No final do primeiro semestre deste ano, a contribuição do negócio que vem da parte internacional da Portugal Telecom já era de 49,8%, ou seja, metade das receitas do grupo Portugal Telecom já vêm do estrangeiro e, desses 49%, 44% vêm justamente aqui do Brasil, onde temos duas grandes operações, a Vivo e a Dedic, operadora de “call centers”. No Brasil, a Vivo tem atualmente, no final do primeiro semestre, 47 milhões de clientes. Somos líderes, sem querer fazer nenhuma

propaganda, no mercado móvel. Temos cerca de 30% de quota de mercado e também temos a liderança em número de clientes, receitas e em margens de negócio.

A Portugal Telecom tem cinco grandes objetivos para os próximos três anos. A primeira meta: queremos consolidar o fato de sermos um operador com escala mundial, queremos alcançar no prazo de três anos 100 milhões de clientes (nós atualmente estamos com 74 milhões de clientes). Portanto, é um objetivo muito ambicioso e que queremos atingir. O segundo grande objetivo, e contamos muito com o apoio do negócio do Brasil, é que dois terços do nosso negócio venha de operações internacionais. O terceiro objetivo é um objetivo doméstico, e é ter a liderança em todos os negócios em Portugal e isso já o fazemos menos num dos negócios que é o da televisão por subscrição. Queremos estar no primeiro quartil das melhores operadoras de telecomunicações ao nível da Europa, quer em termos de remuneração para os nossos acionistas, quer em termos de resultados operacionais e financeiros e, finalmente, queremos ser uma empresa de referência na área da sustentabilidade, quer social, quer econômica, em Portugal e nos países onde temos investimentos. Darei dois exemplos aqui no Brasil. Um deles é o Instituto Vivo, com um conjunto de ações na área cultural e social e ambiental, desde reciclar o telemóvel, projetos na área de apoio ao uso das tecnologias de informação, na área cultural, etc., e também a Dedic onde temos um modelo de universidade em que apoiamos a qualificação de todos os empregados que prestam a sua atividade na Dedic.

Nós tivemos quatro fases aqui no Brasil. Quando começámos a investir mais a sério, em 1998, quando comprámos num leilão muito competitivo (foi um preço exorbitante para a dimensão da Portugal Telecom) a Telesp Celular, o nosso presidente na altura disse: “a PT comprou o seu futuro”. E ele estava certo, está hoje certo e há-de continuar a estar certo no futuro. Nesse período lançámos o primeiro pré-pago da América Latina, o Baby, que todos conheceram e que é, no nosso entender, um dos grandes responsáveis pelo aumento da penetração do serviço celular na América Latina. No período a seguir, portanto, entre 2003 e 2006, unificámos as nossas operações através de uma marca única Vivo. Nós não somos donos sozinhos da Vivo. A Vivo é uma parceria, 50% da Portugal Telecom e 50% de uma empresa espanhola que é a Telefónica, que todos conhecem. Em 2006 - 2008 tivemos vários problemas de negócio com grande quebra de margens. Tivemos que reposicionar a marca Vivo e segundo a própria imprensa brasileira foi uma das

maiores viradas empresariais do período. No meu entender, o mercado celular brasileiro é o mais competitivo de todo o mundo. Eu não conheço em telecomunicações nenhum mercado tão competitivo como o brasileiro. São quatro operadoras que competem com grande agressividade, com esmagamento de margens, com grande inovação e é, no meu entender, um motivo de orgulho para o regulador brasileiro e para as instituições, políticos e governantes do Brasil nesta área. Finalmente, o último grande passo que demos foi a cobertura nacional, que era um problema que tínhamos, através de duas ações: comprámos licenças de 3G (3ª geração de celular) e adquirimos em Minas Gerais a Telemig e com isso conseguimos ter uma cobertura nacional no Brasil.

Temos ao mesmo tempo feito uma grande evolução tecnológica. Quando comprámos a Telesp Celular, [a empresa] estava assente num sistema americano, o CDMA. Tivemos mais tarde que evoluir para GSM, que é uma norma europeia e mundial, e estamos a dar também passos largos na 3ª geração.

Quais são os grandes desafios que tem um operador europeu num mercado tão gigantesco como o brasileiro? Há um primeiro problema, o da penetração da banda larga. A penetração da banda larga no Brasil está a dar os seus primeiros passos, existem problemas de iliteracia informática elevada, particularmente nas zonas remotas e mais pobres. A penetração de PCs ainda é baixa, não obstante o plano de inclusão digital que foi apresentado (parece-me um programa excelente e desejo-lhe os melhores sucessos e felicidades). E há outro problema: o Brasil é um continente e fazer cobertura nacional para um país com esta dimensão não é nada fácil. Há outro desafio que é financiar um investimento. As telecomunicações são uma indústria de capital intensivo, têm muita modernização. Uma coisa em que se investe hoje daqui a alguns anos já está ultrapassada e muitos dos investimentos ainda estão por fazer. Refiro-me à banda larga móvel, à 3ª geração móvel e tantos outros. O custo de capital aqui no Brasil é elevado. É outro problema que existe. Outro desafio é a concentração do rendimento da população. Uma parcela muito elevada da população pode não ter rendimento suficiente para aceder ao serviço de dados, portanto para aceder à Internet, seja fixa ou seja móvel. Outro desafio é o crescimento da economia brasileira ficar abaixo das expectativas. O abrandamento que está a acontecer pode parecer que veio para ficar (é diferente de dizer que a economia brasileira cai). Felizmente está a recuperar e não vai ter números negativos, mas está a abrandar e vai demorar tempo a recuperar os níveis de crescimento que tinha no passado.

Devo dizer, a esse propósito, que o Brasil é um país que merece ser felicitado. Nos últimos anos através de uma estabilidade política com ciclos eleitorais completos, com poucos presidentes (não estão sempre a mudar como acontece em muitos países), uma transição perfeita da ditadura para um sistema democrático, uma política de saneamento das contas públicas, uma política exemplar no plano social e da cidadania e também de não comprometer o longo prazo com o curto prazo (ou seja, uma utilização dos instrumentos de política econômica numa perspectiva mais à frente) permitiram o Brasil estar onde está hoje.

Outro problema: previsibilidade regulatória. Este é um recado para a ANATEL. Eu fui administrador da ANACOM em tempos, que é o equivalente da ANATEL em Portugal e tem que se repensar muito a regulação, nomeadamente a reforma do serviço universal, a convergência de serviços fixos com móveis, a oferta de serviços com televisão, porque há uma regra que tem de ser cumprida: tem que se premiar o risco de quem investe. Quem investe assume um risco, particularmente em telecomunicações, que têm um risco acrescido por dois problemas: primeiro porque é uma base de capital muito grande e em segundo lugar porque o investimento está sempre a ser renovado.

E finalmente, o último desafio é a rentabilidade do negócio móvel, que é muito limitada. Por estar num negócio tão competitivo as margens são muito baixas.

As oportunidades. [O Brasil] É um país de grandes oportunidades, sempre foi e há de continuar a ser. O Brasil é o quinto maior mercado móvel do mundo. Isto é algo que deve encher de orgulho todos os brasileiros. Estão entre os cinco maiores mercados, juntamente com os Estados Unidos, China, etc. O Brasil é uma potência de dimensão mundial, é um centro econômico global. Só existem cinco países que combinam três coisas: ter uma economia muito grande, acima de 1.000 biliões de dólares; ter uma população muito elevada, acima de 100 milhões de habitantes; e ter uma área geográfica como se fosse um continente, ou seja, acima de 3 milhões de quilómetros quadrados. Só o Brasil, os Estados Unidos, a Índia, a China e a Rússia é que cumprem estes três critérios. E destes países o Brasil, pela sua postura, pelo seu papel na estabilização, na defesa da paz, da política da sustentabilidade ambiental e tantas outras coisas, tem um papel muito importante nos tempos que se adivinham. Eu julgo que grande parte do desenvolvimento mundial passará pelo Brasil.

Há um grande potencial de crescimento móvel. O Brasil tem uma penetração à volta de 80%, mas, para os países mais desenvolvidos, está 50% atrás. Devo dizer que em Portugal, por exemplo, temos 142% de penetração móvel. E o Brasil tem potencial para chegar mais longe na penetração móvel. Em termos de banda larga móvel, o potencial é enorme, porque a penetração de PCs é baixa. E finalmente existe um índice que se chama Digital Opportunity Index, que combina numa cesta 11 indicadores que avaliam três dimensões das tecnologias da informação. O Brasil tem muito potencial para subir e se aproximar de países que estão à frente. Outra oportunidade: os mercados emergentes, como é o caso brasileiro, irão representar, segundo muitos consultores, 88% do crescimento dos clientes. Estou sempre a falar de telecomunicações. E, também de acordo com as melhores previsões, o mercado brasileiro no ano 2011 vai ultrapassar os 200 milhões de clientes móveis. E, finalmente, [haverá] novas oportunidades nas áreas da educação, da saúde e da segurança. É levar as comunicações para além de simplesmente comunicar, para fazer outras atividades que tradicionalmente não eram feitas pelas telecomunicações.

Em conclusão: o Brasil é estratégico para a PT, é a nossa segunda casa, dizemos isto em qualquer país onde operamos. Estamos comprometidos com a Vivo, que é o 14º operador celular mundial e o maior do hemisfério Sul. É algo que nos enche de orgulho. Já investimos bastante para manter a liderança e inovação, somos uma empresa com níveis de qualidade de excelência (ainda recentemente a ANATEL considerou a Vivo a empresa com melhores índices de qualidade em diversas facetas). A Dedic, actualmente com 18 mil postos de trabalho, é uma grande geradora de emprego. A Universidade Dedic é um modelo e o Instituto Vivo uma referência neste país na sustentabilidade e na responsabilidade social. Temos também uma empresa com centro de “software” em Salvador da Bahia, que é a PT Inovação, que garante que a inovação estará sempre presente no nosso DNA.

As telecomunicações podem fazer muito. A infra-estruturação do Brasil vai demorar décadas. Este é um país em que se viaja de avião, nas estradas há muito por fazer, no caminho-de-ferro há muito por fazer. Então, nas telecomunicações tudo pode ficar diferente. Fica tudo à distância de uma chamada ou de clicar o computador e enviar um e-mail. Se as telecomunicações transformaram o mundo numa aldeia global, também podem inserir os locais mais remotos do Brasil nessa aldeia global e com esse processo acelerar o desenvolvimento do Brasil e da sua

afirmação no mundo ao mesmo tempo que promovem a sua coesão social e econômica.

## ***12. Elekta, a saúde do Brasil com tecnologia sueca***

**Antônio Ponce**, *Vice-presidente da Elekta América Latina*

Chaves de leitura:

*A decisão de investir no Brasil em 2007. O papel da Elekta no combate ao câncer e na neurocirurgia. A rápida aceitação das tecnologias suecas pelas instituições brasileiras. O método de trabalho diferenciado das companhias suecas.*

A Elekta é uma empresa sueca recentemente instalada no Brasil. É considerada não somente na Europa, mas no mundo todo, como uma das empresas que investem na mais alta tecnologia. Há alguns anos que eu trabalho com o mercado de saúde. Já são trinta anos. Eu vim de 12 anos com uma outra empresa que também trabalhava com equipamentos para a oncologia e eu ficava imaginando: “Quando será que a Elekta, esta empresa sueca, vai decidir investir no Brasil?”.

Investir no Brasil para essa empresa representava muito porque ela precisaria de ter no Brasil, ou em qualquer outro país em que ela fosse investir, uma estrutura capaz de manter as máquinas de altíssima tecnologia que fossem instaladas aqui, porque a maioria desses equipamentos são para tratamento do câncer e as células do câncer, infelizmente, crescem de uma maneira muito mais acelerada do que nossas células normais. Um tratamento do câncer interrompido, na metade do tratamento, pode significar a perda do paciente, ou seja, se um equipamento destes quebrar pode-se perder o paciente por isso. Achei muito interessante que a Elekta em 2007 tenha tomado a decisão de investir no Brasil. Fiquei sabendo também das ações da EUBrasil através da própria Elekta e da Embaixada da Suécia. Aliás, o Conselho do Comércio da Suécia foi quem me ajudou a implantar a Elekta aqui no Brasil. Pois nos primeiros três a quatro meses foi lá o nosso escritório, para começar a montar a empresa.

A Elekta foi fundada na Suécia, em Estocolmo, no ano de 1949, é uma empresa pequena, de apenas 2.400 funcionários, aproximadamente, tem um faturamento ao redor dos 800 milhões de dólares, está presente em 32 países e é fornecedora de soluções para oncologia e neurocirurgia não invasiva. Interessante que ela é muito seletiva. Existem poucos tratamentos de radioterapia realmente de alto nível no mundo. Existe muito tratamento com oncologia clínica mas a radioterapia de alta tecnologia não tem um volume muito grande de centros. Essa empresa, a Elekta, combate o câncer e anualmente trata mais do que 250 mil pacientes em seus equipamentos. É um número grande mas comparado com a população mundial é muito pequenininho. Cinquenta mil pacientes já foram submetidos a uma neurocirurgia com equipamento chamado Gamma Knife, que consegue invadir o cérebro pontualmente sem necessidade da cirurgia aberta. Acaba sendo muito interessante para algumas doenças. Cem mil pacientes já foram tratados com sistema de estereotaxia, também um sistema pontual em que apenas há uma invasão do cérebro com uma agulha. Para o Parkinson, por exemplo, pode-se usar este tratamento sem ter que operar o paciente. A Elekta é líder mundial em sistemas de neurocirurgia, é a segunda maior fornecedora de equipamentos para radioterapia. Foram várias as descobertas realizadas por essa empresa sueca. Ela conseguiu fazer com que houvesse um equipamento que pudesse aumentar a precisão de onde nós queremos irradiar dentro do corpo humano sem queimar a pele, sem afetar órgãos vizinhos. Além disso, recentemente, em 2005, foi lançado no mercado mundial um equipamento que pode fazer a radioterapia com a imagem guiada. Ao mesmo tempo que você está irradiando você está vendo a movimentação do órgão. Por exemplo, um tumor no pulmão, você não pode parar de respirar, e para ser bem preciso no tumor, esse tumor, devido ao diafragma, se movimenta. Como acertar ele em cima? Só conseguindo guiar a imagem. Então isso foi conseguido, descoberto por essa empresa, e hoje já se pode fazer isso. Até mesmo tumores instalados na próstata, se você estiver com a bexiga um pouquinho mais cheia ou um pouquinho mais vazia, pode significar uma mudança da localização do tumor. Como você tem de reproduzir isso 30, 40 dias no tratamento, nem sempre o tumor está naquela posição que você planejou tratar. Às vezes está um pouco para cima ou para baixo, então essa é uma ferramenta muito interessante. E uma outra situação mais interessante ainda é o máximo controle da dose que pode ser dada. Quando você trata com radiação um tumor ou metástase cerebral, também há pouco tempo atrás, cinco, seis anos atrás, você tinha que fazer irradiação do cérebro

total. Tinha um tumor ou dois, uma metástase e o paciente ainda sobreviveria por dois anos, muitas vezes até mais, mas você teria que irradiar o cérebro total. Você acabaria completamente com a chance de continuidade de vida ou dignidade daquela pessoa. Hoje não é necessário mais porque você consegue identificar e dar exatamente a dose e a profundidade de dose necessária no cérebro. Conseguimos trazer essas tecnologias para o Brasil finalmente.

A Elekta apresenta três divisões. Uma somente de produtos para a área de neuro (falamos do sistema nervoso central e o sistema nervoso autônomo), [outra] para a área de oncologia de forma geral, que seria a radioterapia do corpo todo e alguns “softwares” (justamente para que eles possam controlar que você tem não só mecânica e eletricidade, mas também a inteligência de um “software” capaz de entender o que está acontecendo dentro do corpo humano, conseguir fundir imagens adquiridas com uma tomografia) e uma ressonância magnética para poder tratar melhor o paciente, também foi trazido para o Brasil.

A Elekta possui soluções para radioterapia. A radioterapia guiada por imagem, em que você consegue aumentar muito a dose no tumor para poder matá-lo, liquidá-lo, onde aumenta muito o índice de cura. E uma outra máquina, um outro equipamento de altíssima tecnologia chamado Gamma Knife, que é a melhor solução não invasiva para o tratamento de lesões tumorais. Esse equipamento, ele pode tratar, além da doença de Parkinson, também a epilepsia. E, mais interessante ainda, existe um equipamento acoplado a este em que consegue identificar, dentro do cérebro, onde, naquele ponto, tem um estímulo neuronal em que você precisa atuar para fazer a mão parar de tremer. Esse equipamento chama-se MEG, magneto encefalografia, está sendo colocado na Universidade de São Paulo dentro de mais alguns meses e vai ser o primeiro equipamento da América Latina. Na radioterapia guiada por imagem estão sendo colocados seis equipamentos numa concorrência, ganha no Estado de São Paulo também. Seis equipamentos de uma única vez no ICESP, Instituto do Câncer do Estado de São Paulo. É uma instituição nova, que acaba de ser inaugurada. E dois equipamentos desses foram vendidos também para o INCA, o Instituto Nacional do Câncer.

Eu fico muito feliz como brasileiro de estar podendo trazer esse tipo de tecnologia para dentro do nosso país, dando à gente, aos brasileiros principalmente, a condição de se tratar sem ter que viajar para fora. O compromisso dessa empresa, a Elekta, é primeiro trazer equipamentos de altíssima qualidade e tecnologia, manter esses equipamentos em termos de serviço garantindo por contrato 97% de

funcionamento dessa máquina ao longo de um ano, e um contrato de serviço é próprio para a nossa realidade, ou seja, no mínimo 20% mais barato do que hoje a gente tem com as outras duas empresas que também competem nesse setor. Apenas três empresas possuem equipamentos de radioterapia vendidos no Brasil, uma delas hoje é a Elekta.

Desde fevereiro do ano passado, quando a Elekta começou no Brasil, são poucas pessoas, a maior parte são engenheiros, porque nós precisamos muito desses profissionais, e a outra parte são treinadores, para que possam fazer com que os nossos profissionais entendam e consigam aproveitar esses equipamentos ao seu melhor.

O que chama a atenção nas empresas suecas? Eu trabalhei em uma empresa americana que desenvolve ótimos produtos, mas é assim: os engenheiros se fecham numa sala e trabalham um, dois anos, criam um produto e entregam esse produto. Na Elekta não funciona assim. A Elekta vai ao campo, conversa com o médico, muitas vezes com pacientes, descobre o que é que ele precisa e a partir daí começa a desenvolver o trabalho de criação de um produto novo. Foi assim que se criou essa radioterapia guiada por imagem, foi assim que se criou essa outra máquina que é o Gamma Knife, para tratar tumores cerebrais. Eu acho muito interessante vir da necessidade para você trazer a solução.

### ***13. O valor das associações e da diplomacia parlamentar***

**Fabio Porta**, *Presidente da Associação Itália Brasil*

Chaves de leitura:

*O mérito das associações bilaterais e multilaterais. A necessidade da diplomacia parlamentar. A boa resposta brasileira na crise econômica mundial. Cooperação Brasil – União Européia: a obrigação de ir além da discussão econômica e privilegiar os laços sociais e culturais.*

É muito interessante, uma coincidência, ao mesmo momento em que Luigi Gambardella e os amigos da EUBrasil pensavam, planejavam este “workshop”, nós começávamos a finalizar a idéia de constituir uma associação Itália – Brasil, que nasce um pouco no mesmo espírito, na mesma filosofia da EUBrasil. Essas associações nascem dentro da sociedade civil, não são vinculadas a partidos políticos, a uma empresa específica ou a grupos setoriais, mas querem implementar de forma geral um programa, um projeto de intercâmbio, uma operação de cunho cultural, para que os valores comuns entre os nossos países (neste caso entre a Europa e o Brasil, a Itália e o Brasil, de um lado) e o déficit de conhecimento (do outro lado) sejam colmados.

Eu acredito muito nesse trabalho. Acredito que as associações como a Itália – Brasil, que nascem a partir de uma parceria bilateral, não atuam em contraposição àquelas que, como a EUBrasil, são multilaterais. Pelo contrário, penso que, quem conhece o Brasil, um país que vive dessa presença de europeus, de espanhóis, portugueses, italianos, suecos, que fazem e construíram grande parte da cultura, tem que valorizar tanto essa dimensão de cooperação nacional quanto essa dimensão de cooperação européia. Esse discurso vale mais ainda pela dimensão do diálogo e da diplomacia parlamentar.

Eu fui um dos primeiros que tiveram essa bela notícia da constituição, aqui no Brasil, do grupo interparlamentar Brasil - União Européia. Penso que a intuição do meu colega, do Deputado Bala Rocha, foi uma intuição importante, porque

acredito muito no papel da diplomacia parlamentar. Fui o primeiro parlamentar estrangeiro a encontrar, em Brasília, o Presidente dessa comissão.

Eu estou chegando aqui no Brasil após ter participado, na República Dominicana, do 5º Fórum Inter-Americano de Parlamentares, uma iniciativa que nasceu há cinco anos atrás, por iniciativa do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento e que, hoje, está já trabalhando na constituição de uma rede euro-latino-americana de parlamentares que, com muita probabilidade, em novembro próximo, em Salamanca, lançará esse novo grupo.

O papel dos parlamentos, dos parlamentares e dos legisladores nessa relação é fundamental. Talvez seja um papel que garanta uma estabilidade, a médio e longo prazo, das políticas. Os governos nem sempre têm aquela estabilidade para manter uma relação a médio-longo prazo, importante, como é, por exemplo, a relação entre os países da América Latina (do Brasil principalmente) e a Europa. O conhecimento, o envolvimento, o trabalho que se pode fazer com os parlamentares é fundamental. Nesse encontro de Santo Domingo, por exemplo, esteve presente o presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Suécia-América Latina, com quem nós estamos pensando (em Estocolmo ou em Bruxelas, por ocasião da próxima visita do Presidente Lula) em organizar alguma iniciativa nesse sentido.

A minha opinião é que o Brasil está saindo desta crise não somente pelos números, mas também como o país mais forte e mais significativo no cenário mundial. Os números nos dizem que é um dos poucos países que não terá um crescimento negativo. O último trimestre do México, por exemplo, teve um resultado de PIB com cerca de 10% negativos. O Brasil está mostrando não somente que está numa fase, apesar da crise, de estabilidade e de crescimento, mas também está mostrando, através da liderança do Presidente Lula, que o mundo realmente precisa e pode contar com uma liderança política que pode reconstruir uma nova ordem a nível financeiro mundial. Nesse sentido, o Brasil está se destacando. Está mostrando ao mundo como é importante investir e acreditar em países que têm um sistema produtivo estável, um parque industrial enorme e recursos de energia muito grandes.

Finalizando, se falou muito da relação entre o Brasil e a União Européia, dos números, do potencial que existe. Eu acredito que a nossa obrigação é não somente incentivar o comércio, o intercâmbio (e os números são todos promissores); nós temos também uma obrigação de cunho cultural e social que é oriunda dessa

presença, de como os europeus foram recebidos e bem recebidos neste país. A questão das migrações é uma questão central. Eu lembro do Presidente Lula, em novembro do ano passado, na Itália, lembrar ao nosso Presidente da República, ao Presidente da Câmara, como os países europeus têm uma obrigação de manter essa reciprocidade, não somente nas leis mas até na cultura de acolher. É também a nível cultural a idéia do Erasmus Mundo, que nós temos também interesse e obrigação de trazer para o Brasil. A minha associação Itália - Brasil está nessa mesma linha. Acredito que os próximos meses serão determinantes. Espero que o “summit” de Estocolmo e a presença do Presidente Lula nesse encontro sejam, nesse sentido, um momento importante, uma oportunidade que nós todos temos obrigação de colher.

## **EUBRASIL**

*Association Internationale Sans But Lucratif (AISBL)*

Numéro d'entreprise : 0895.910.806

Rue de la Loi, 227  
B-1040 Bruxelles (Belgique)

Tel: + 32 2 613 28 28 Fax: + 32 2 613 28 49  
[presidencia@eubrasil.eu](mailto:presidencia@eubrasil.eu)